



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDO

Secretaria/Departamento:

Secretaria de Segurança Pública e Trânsito

Número do processo:

90/2026

Responsável pela elaboração/Portaria de Designação:

Cleiton Alcides Konzatti / 021/2025

Data da elaboração:

São Miguel do Iguaçu/PR, 18 de março de 2026.

2. NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E JUSTIFICATIVAS

Explique o motivo da contratação. O que está gerando essa necessidade? Uma demanda interna, um requisito legal, um problema identificado?

A necessidade da presente contratação decorre de problema estrutural identificado no âmbito da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, consistente na inexistência de armamento institucional disponível ao contingente atual, situação que compromete o

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - Versão 2.0 - Março de 2025

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

🌐: www.saomiguel.pr.gov.br –✉️ licitacoes@saomiguel.pr.gov.br 📞 (45) 3565-8139

Pág. 1 de 59





pleno exercício das atribuições legais da corporação. Atualmente, os integrantes da Guarda Municipal não dispõem de armamento padronizado fornecido pela Administração, o que limita significativamente a capacidade operacional em ocorrências que demandem intervenção proporcional, técnica e segura.

A demanda tornou-se ainda mais relevante em razão da realização de novo concurso público, que resultou no aumento do efetivo da corporação, ampliando o número de guardas municipais em atividade. Com a expansão do contingente, houve crescimento proporcional da necessidade de aparelhamento institucional, não apenas para suprir a inexistência de armamento aos servidores já em exercício, mas também para garantir que os novos integrantes sejam devidamente equipados para o desempenho regular de suas funções. A ausência de estrutura compatível com o quantitativo atual de servidores gera descompasso entre o efetivo disponível e os meios materiais necessários à execução do serviço público.

Além da demanda operacional interna decorrente da inexistência de armamento e do aumento do efetivo, há fundamento legal que reforça a necessidade da contratação. A Administração tem o dever de fornecer Equipamentos de Proteção Individual adequados aos servidores expostos a risco, bem como assegurar condições para treinamento periódico obrigatório, indispensável à manutenção da habilitação técnica e do porte institucional de arma de fogo. Ademais, a aquisição de armamentos e munições está condicionada à autorização para Produtos Controlados pelo Exército (PCE), a qual já foi regularmente concedida ao Município pelo Exército Brasileiro, por meio da Autorização nº 2025AUT000626, demonstrando que a necessidade foi formalmente reconhecida no âmbito do controle regulatório.

Dessa forma, a contratação é motivada pela inexistência de armamento institucional ao contingente atual, pelo aumento do número de guardas municipais em razão de novo concurso público e pela obrigação legal de garantir condições adequadas, seguras e eficientes para o exercício das atividades de segurança municipal, assegurando a adequada prestação do serviço público e a proteção da coletividade.

Qual é o problema/demanda que se precisa resolver? (descreva-o)

O problema identificado consiste na inexistência de armamento institucional disponível ao efetivo da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, o que impede o pleno exercício das atribuições legais da corporação relacionadas à proteção preventiva da população, à salvaguarda dos bens, serviços e instalações públicas municipais e ao apoio às ações integradas de segurança pública. Atualmente, nenhum servidor do efetivo dispõe de armamento institucional padronizado fornecido pela Administração, o que compromete a capacidade de resposta em ocorrências que demandem intervenção proporcional e técnica. Além da ausência de armamentos, verifica-se a necessidade de aquisição de munições para uso operacional e para treinamentos periódicos obrigatórios, equipamentos de proteção





individual — especialmente coletes balísticos com certificação válida, indispensáveis para aplicação do uso progressivo da força. A inexistência desses meios compromete a segurança dos agentes públicos, expõe os servidores a riscos operacionais elevados e limita a atuação da corporação em situações que exigem pronta intervenção.

Importante destacar que o Município já obteve a competente **Autorização para Aquisição de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) – Âmbito Nacional, Autorização nº 2025AUT000626**, expedida pelo Exército Brasileiro, o que demonstra que a necessidade foi formalmente reconhecida no âmbito do controle de produtos regulados e que a Administração encontra-se regularmente habilitada para proceder à aquisição pretendida, observadas as normas técnicas e regulamentares aplicáveis.

Assim, o problema a ser resolvido consiste na deficiência estrutural do aparelhamento institucional da Guarda Municipal, exigindo a aquisição de armamentos, munições e equipamentos correlatos, a fim de garantir condições legais, técnicas e seguras para o desempenho das funções institucionais, assegurando eficiência administrativa, proteção aos servidores e adequada prestação do serviço público de segurança municipal.

O que está faltando/que a solução seja implementada/aperfeiçoada?

O que está faltando para que a solução seja efetivamente implementada e para que a Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR alcance nível adequado de estrutura operacional é o **aparelhamento completo e regular do efetivo**, mediante aquisição de armamentos institucionais, munições para uso operacional e treinamento, equipamentos de proteção individual.

Atualmente, o contingente não dispõe de armamento institucional padronizado fornecido pela Administração, situação que impede a plena implementação do modelo operacional previsto para a corporação. Além disso, com a realização de novo concurso público e consequente aumento do número de guardas municipais, houve ampliação da demanda por equipamentos individuais, tornando indispensável a aquisição proporcional ao efetivo atual.

Falta, portanto:

Armamento institucional padronizado para todo o efetivo;

Munição suficiente para dotação operacional e treinamento periódico obrigatório;

Coletes balísticos com certificação válida, garantindo proteção individual adequada;

Ressalta-se que o Município já possui a devida autorização para aquisição de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), expedida pelo Exército Brasileiro, sob nº 2025AUT000626, o que demonstra que o impedimento atual não é regulatório, mas sim material — ou seja, a solução ainda não foi implementada porque depende da formalização da contratação e da efetiva aquisição dos equipamentos.

Assim, o que falta para implementação e aperfeiçoamento da solução é a conclusão do procedimento administrativo de contratação, com a consequente aquisição e disponibilização dos materiais ao efetivo, permitindo que a Guarda Municipal opere com eficiência, segurança e conformidade legal.





Esse problema é novo? Já foi resolvido em outros exercícios? Teve algum problema na execução da contratação pretérita ou ela não foi suficiente?

Trata-se de demanda nova no âmbito da Administração Municipal, não havendo registro de contratação anterior destinada ao aparelhamento completo da Guarda Municipal com armamento institucional, munições e instrumentos correlatos. Até o presente momento, o Município não realizou procedimento licitatório ou contratação direta com essa finalidade específica, razão pela qual não há histórico de execução contratual pretérita a ser avaliado quanto à suficiência, eficiência ou eventuais falhas.

O problema identificado — inexistência de armamento institucional ao contingente da Guarda Municipal — não decorre de inadequação ou insuficiência de contratação anterior, mas sim da ausência histórica de estruturação desse aparelhamento. A situação tornou-se mais evidente com a consolidação da corporação e, especialmente, após a realização de novo concurso público que ampliou o número de guardas municipais, aumentando a demanda por equipamentos individuais e estrutura operacional compatível.

Assim, não há que se falar em falhas de execução contratual anterior ou insuficiência de solução previamente adotada, pois a presente contratação representa a primeira iniciativa formal voltada à estruturação completa do aparato operacional da Guarda Municipal nesse segmento específico, constituindo medida inaugural de implementação da solução.

O bem ou serviço se qualifica como indispensável à manutenção do serviço público, e decorre de necessidades permanentes ou prolongadas (vários exercícios financeiros)? As compras/contratações pretendidas pela Administração Pública servirão para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas (mais de um exercício financeiro)?

Sim. O objeto da contratação qualifica-se como **indispensável à manutenção do serviço público de segurança municipal**, pois está diretamente relacionado à execução das atribuições permanentes da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR. A atividade de proteção preventiva da população, salvaguarda dos bens, serviços e instalações públicas e apoio às ações de segurança pública constitui função contínua do Município, não se tratando de ação eventual ou transitória.

A aquisição de armamentos institucionais, munições, coletes balísticos e é condição essencial para que o serviço público seja prestado de forma regular, eficiente e segura. Sem esses equipamentos, há comprometimento direto da capacidade operacional da corporação, com impacto negativo na continuidade e qualidade do serviço prestado à coletividade.

Além disso, a necessidade é de natureza **permanente e prolongada**, pois decorre da própria existência e manutenção da Guarda Municipal enquanto órgão integrante da estrutura administrativa municipal. Embora a aquisição inicial represente a implementação da





solução estrutural — especialmente diante da inexistência anterior de armamento institucional e do aumento do efetivo em razão de novo concurso — a manutenção do aparelhamento, a reposição de munições para treinamento periódico obrigatório e a eventual substituição futura de equipamentos configuram demandas que ultrapassam o exercício financeiro corrente.

Assim, trata-se de contratação que atende a necessidade administrativa contínua, vinculada à manutenção da atividade pública de segurança municipal, com reflexos que se estendem por mais de um exercício financeiro, caracterizando-se como despesa necessária à sustentação permanente da atividade administrativa.

Para resolver a solução, o mercado oferece alguma opção diferente da que foi realizada no passado?

Embora não exista um histórico de contratação anterior para esse tipo de item na Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, o mercado atual oferece diversas soluções alternativas às que se pretende adquirir. Essas alternativas variam em modelo, marca, características operacionais e econômicas, possibilitando que a Administração conduza uma análise comparativa de mercado e selecione a solução que melhor atenda às necessidades institucionais, considerando:

Adequação técnica;

Conformidade com normas legais e regulamentares;

Custo-benefício;

Disponibilidade e prazo de fornecimento.

Esse cenário é compatível com o princípio da eficiência previsto na Lei nº 14.133/2021, e deve ser demonstrado integralmente na fase de Pesquisa de Preços e Análise de Alternativas do Estudo Técnico Preliminar, garantindo que a solução escolhida seja a mais adequada para o interesse público.

Descreva o impacto da ausência da contratação. Quais prejuízos podem ocorrer se o serviço/bem não for adquirido?

A ausência da contratação acarretará impactos diretos e relevantes na prestação do serviço público de segurança municipal, comprometendo a eficiência, a legalidade e a segurança institucional da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR.

Primeiramente, a inexistência de armamento institucional para o contingente atual — que já se encontra ampliado em razão de novo concurso público — inviabiliza o pleno exercício das atribuições legais da corporação. Sem os equipamentos adequados, a Guarda Municipal terá sua capacidade de resposta significativamente reduzida em ocorrências que demandem intervenção proporcional, técnica e segura, comprometendo a proteção preventiva da população e a salvaguarda dos bens, serviços e instalações públicas.





Do ponto de vista da segurança dos servidores, a não aquisição de coletes balísticos e instrumentos adequados de atuação expõe os agentes a riscos elevados, aumentando a probabilidade de danos físicos em situações de confronto ou atendimento de ocorrências de maior complexidade. Tal cenário pode gerar, inclusive, responsabilização da Administração por omissão no dever de fornecer Equipamentos de Proteção Individual compatíveis com os riscos da atividade.

No aspecto legal e regulamentar, a ausência de munições para treinamento compromete a realização das instruções periódicas obrigatórias necessárias à manutenção da habilitação técnica e do porte institucional de arma de fogo, podendo ocasionar restrições operacionais e prejuízo à regularidade funcional da corporação. Ademais, considerando que o Município já possui autorização para aquisição de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) expedida pelo Exército Brasileiro, a não implementação da contratação representa a não efetivação de medida já autorizada e planejada administrativamente.

Em termos institucionais, a ausência da contratação pode resultar em:

Redução da capacidade operacional da Guarda Municipal;

Fragilização da política municipal de segurança pública;

Aumento da vulnerabilidade do patrimônio público;

Risco à integridade física dos agentes;

Comprometimento do princípio da eficiência administrativa.

Assim, a não aquisição dos bens compromete diretamente a continuidade e a qualidade do serviço público de segurança municipal, gerando prejuízos operacionais, legais e institucionais relevantes, em desacordo com os princípios que regem a Administração Pública e com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

Alinhamento com estratégias do órgão. Como essa contratação se relaciona com os objetivos institucionais?

A contratação está diretamente alinhada aos objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito e da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, especialmente quanto ao fortalecimento da segurança preventiva, proteção do patrimônio público e ampliação da capacidade operacional da corporação.

A aquisição de armamentos, munições, coletes viabiliza a estruturação e padronização do efetivo, garantindo condições adequadas de trabalho, segurança aos servidores e resposta eficiente às ocorrências. Considerando o aumento do contingente em razão de novo concurso público, a medida também assegura compatibilidade entre recursos humanos e meios materiais disponíveis.

Assim, a contratação atende ao planejamento institucional e aos princípios da eficiência e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, além de observar a autorização para aquisição de Produtos Controlados expedida pelo Exército Brasileiro, reforçando seu alinhamento estratégico e legal.





Resultados esperados. O que a Administração deseja alcançar com essa contratação?

Com a presente contratação, a Administração busca alcançar a estruturação completa e regular da Guarda Municipal, garantindo condições materiais adequadas para o desempenho eficiente, seguro e legal de suas atribuições institucionais.

Especificamente, pretende-se:

Dotar todo o efetivo de armamento institucional padronizado;

Assegurar disponibilidade de munições para uso operacional e treinamento periódico obrigatório;

Garantir proteção individual aos agentes por meio de coletes balísticos certificados;

Compatibilizar o aumento do efetivo, decorrente de novo concurso público, com os meios materiais necessários à atuação.

Como resultado, espera-se o fortalecimento da capacidade operacional da corporação, maior segurança aos servidores, melhoria na resposta às ocorrências e adequada prestação do serviço público de segurança municipal, em conformidade com os princípios da eficiência e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021 e observadas as normas de controle de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro.

Com base nas suas respostas anteriores, justifique a contratação:

A presente contratação mostra-se plenamente justificada sob os aspectos técnico, operacional e legal, tendo em vista a necessidade concreta de estruturação da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, diante da inexistência de armamento institucional para o contingente atual e do aumento do efetivo decorrente de novo concurso público. A ausência de equipamentos compatíveis com as atribuições legais da corporação compromete a eficiência do serviço público, limita a capacidade de resposta em ocorrências e expõe os agentes a riscos operacionais desnecessários.

A demanda não decorre de falha contratual pretérita, mas de situação inédita no âmbito municipal, sendo esta a primeira iniciativa formal destinada ao aparelhamento completo da corporação com armamentos, munições, equipamentos de proteção individual. Trata-se, portanto, de medida estruturante, voltada à implementação efetiva da política municipal de segurança pública.

Importante destacar que o Município obteve previamente a competente **Autorização para Aquisição de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) – Âmbito Nacional**, sob nº **2025AUT000626**, expedida pelo Exército Brasileiro, o que demonstra que a necessidade foi formalmente reconhecida pela autoridade competente e que o ente público encontra-se regularmente habilitado para proceder à aquisição dos itens controlados, observadas as normas técnicas e regulamentares aplicáveis. A autorização válida elimina impedimentos regulatórios e reforça a legalidade da contratação pretendida.

Além disso, a contratação encontra fundamento no dever da Administração de assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores expostos a risco, incluindo o fornecimento





de Equipamentos de Proteção Individual certificados, bem como na necessidade de garantir treinamento periódico obrigatório para manutenção da habilitação técnica e do porte institucional. A medida também está alinhada ao planejamento administrativo formalizado no Documento de Formalização da Demanda e atende aos requisitos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que exige demonstração clara da necessidade, dos resultados pretendidos e da adequação da solução escolhida.

Dessa forma, a contratação revela-se necessária, adequada e proporcional, constituindo providência indispensável para garantir a continuidade, eficiência e legalidade do serviço público de segurança municipal, fortalecer a estrutura operacional da Guarda Municipal e assegurar proteção à coletividade e aos agentes públicos.

3.LEVANTAMENTO DE MERCADO (ANÁLISE DE ALTERNATIVAS)

Já contratamos esse objeto antes? Como foi? Quando foi? Quanto custou? Qual metodologia foi utilizada na contratação passada? Deu certo? Houve problemas? Quais erros foram observados no contrato anterior? E o que precisa ser aperfeiçoado? Foi ouvido o fiscal do contrato anterior para verificar sugestões de melhoria?

Não. O objeto pretendido **nunca foi contratado anteriormente pelo Município**, tratando-se de demanda inédita destinada à estruturação inicial do aparelhamento institucional da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR.

Até o presente momento, não houve contratação específica para aquisição de armamentos institucionais, munições, coletes:

Não há registro de processo licitatório ou contratação direta anterior com essa finalidade;

Não houve custo anterior relacionado a esse objeto;

Não foi utilizada metodologia prévia de contratação para esse tipo de aquisição;

Não existem históricos de execução contratual, aditivos, falhas ou problemas técnicos a serem avaliados.

A presente contratação representa a **primeira iniciativa formal de estruturação completa do aparato operacional da Guarda Municipal**, especialmente considerando que o contingente atual não dispõe de armamento institucional e que houve ampliação do efetivo por meio de novo concurso público.

Dessa forma, não há erros contratuais anteriores a serem corrigidos nem experiências passadas a serem comparadas. Consequentemente, também não houve oitiva de fiscal de contrato anterior, pois inexistia contratação pretérita relacionada a esse objeto.

Ressalta-se que, embora não haja histórico contratual anterior, o planejamento da presente contratação foi fundamentado em análise técnica da necessidade institucional, na





formalização da demanda, na pesquisa de preços e na obtenção da **Autorização para Aquisição de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) nº 2025AUT000626**, expedida pelo Exército Brasileiro, garantindo que a medida seja implementada de forma regular e em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021.

Foram avaliadas soluções de outros entes e outros órgãos públicos? Essas são mais adequadas a nossa realidade do que nossa contratação anterior?

Sim. Foram analisadas soluções adotadas por outros Municípios e por órgãos públicos que possuem Guardas Municipais estruturadas e atuação armada, especialmente no que se refere à padronização de armamentos, níveis de proteção balística, quantitativo de munições para treinamento periódico.

A análise comparativa demonstrou que a solução pretendida pelo Município está alinhada às práticas já consolidadas em outros entes públicos, que adotam armamento institucional padronizado, fornecimento individual de colete balístico nível III-A, dotação mínima de munição para uso operacional e quantitativo específico para capacitação continuada, além da disponibilização de equipamentos de menor potencial ofensivo para aplicação do uso progressivo da força.

Considerando que o Município nunca realizou contratação anterior para esse objeto, não há parâmetro interno para comparação. Assim, a modelagem atual foi estruturada com base em experiências consolidadas de outros órgãos públicos, adaptadas à realidade local, ao porte do Município e ao contingente atual da Guarda Municipal, recentemente ampliado por concurso público.

A solução escolhida mostra-se adequada à realidade municipal, pois busca implementar estrutura mínima compatível com as atribuições legais da corporação, observando as exigências técnicas e regulatórias para aquisição de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro, bem como os requisitos de planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, conclui-se que a solução adotada não apenas é compatível com as boas práticas observadas em outros entes, como também foi dimensionada de forma proporcional à estrutura, às necessidades operacionais e à capacidade administrativa do Município.

Existem diferentes fornecedores ou soluções para atender à necessidade? Apresente alternativas disponíveis no mercado.

O mercado brasileiro oferece diversas opções de armamento institucional compatíveis com uso policial e de segurança pública. Fornecedores e marcas incluem:

Taurus Armas S.A. – pistolas semiautomáticas de uso institucional (ex.: PT 24/7, G2, G3)
Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil) – pistolas e revólveres de uso militar e policial
CBC / MagTech – parceria com fabricantes para distribuição de sistemas de arma





Sim — existem várias opções e fornecedores capazes de atender à necessidade da Administração. A diversidade de soluções permite:

- ✓ Comparar modelos e características técnicas;
- ✓ Avaliar custo-benefício;
- ✓ Escolher produtos com certificação adequada;
- ✓ Ajustar a aquisição à realidade do efetivo ampliado;
- ✓ Reduzir riscos de dependência de único fornecedor.

Essas alternativas devem ser considerados na fase de Pesquisa de Mercado e Justificativa da Solução escolhida do Estudo Técnico Preliminar, em consonância com os princípios da eficiência e do planejamento fixados na Lei nº 14.133/2021.

A análise da solução envolve a escolha entre locação e aquisição?

Não. No caso concreto, a análise da solução não envolve escolha entre locação e aquisição, sendo a aquisição definitiva a única alternativa técnica e juridicamente adequada para atender à necessidade identificada.

Isso porque o objeto envolve armamentos, munições, coletes balísticos, classificados como Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro. A legislação e a regulamentação aplicáveis aos PCE exigem registro, controle patrimonial, rastreabilidade e vinculação formal ao órgão adquirente, o que é incompatível com modelos de locação ou cessão temporária no âmbito da Administração Pública municipal.

Além disso, trata-se de bens destinados ao uso permanente e contínuo da Guarda Municipal, vinculados à estrutura institucional da corporação. A atividade de segurança pública é serviço permanente, não eventual, o que exige disponibilidade contínua e controle patrimonial direto pelo Município.

Sob o aspecto econômico, a locação não se mostra vantajosa, pois implicaria custo recorrente sem incorporação do bem ao patrimônio público, enquanto a aquisição proporciona domínio definitivo, previsibilidade orçamentária e melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo.

Dessa forma, considerando:

A natureza permanente da atividade;

A necessidade de controle institucional dos armamentos;

A regulamentação específica de Produtos Controlados;

A incorporação patrimonial obrigatória;

conclui-se que a solução adequada é a aquisição, não sendo aplicável a alternativa de locação, em conformidade com os princípios do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.





Justifique a escolha da solução. Explique por que a Administração optou por um determinado produto ou serviço.

A Administração optou pela **aquisição de armamentos institucionais padronizados, munições específicas para uso operacional e treinamento, coletes balísticos nível III-A certificados**, por se tratar da solução mais adequada, proporcional e eficiente para suprir a inexistência de aparelhamento da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR.

A escolha fundamenta-se, primeiramente, na necessidade de estruturação inicial completa da corporação, considerando que o contingente atual — ampliado por meio de novo concurso público — não dispõe de armamento institucional. A adoção de pistolas calibre 9mm, carabinas do mesmo calibre e espingardas calibre 12 segue padrão amplamente utilizado por forças de segurança pública no país, favorecendo padronização logística, facilidade de manutenção, treinamento unificado e racionalização de munições.

A opção pelo calibre 9mm justifica-se por apresentar adequada relação entre capacidade operacional, controle de recuo, precisão e custo-benefício, além de ampla disponibilidade no mercado nacional. A escolha por munições distintas para uso operacional e treinamento atende à necessidade de preservação do material de emprego real e à realização de capacitação periódica obrigatória.

No tocante aos coletes balísticos nível III-A, a escolha decorre do nível de proteção compatível com a atividade policial ostensiva, garantindo resistência a projéteis de arma curta, sem comprometer mobilidade e ergonomia.

Importante destacar que a solução adotada observa a regulamentação aplicável aos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro, estando o Município devidamente autorizado por meio da Autorização nº 2025AUT000626, o que reforça a viabilidade e regularidade da aquisição.

Sob o ponto de vista jurídico e de planejamento, a escolha está em conformidade com os princípios da eficiência, da razoabilidade e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021, pois a solução atende integralmente à necessidade identificada, apresenta viabilidade técnica e regulatória, possui disponibilidade de mercado e garante incorporação definitiva ao patrimônio público.

Dessa forma, a Administração optou pela solução que melhor equilibra segurança operacional, adequação técnica, conformidade legal e custo-benefício, assegurando condições estruturais compatíveis com as atribuições institucionais da Guarda Municipal.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

4.DEFINIÇÃO DO OBJETO

Descreva detalhadamente o objeto da contratação. Explique se é um bem ou serviço e suas características.

Descrição Detalhada do Objeto da Contratação

O objeto da presente contratação consiste na **aquisição de bens permanentes e materiais de consumo destinados ao aparelhamento da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR**, compreendendo armamentos institucionais, munições para uso operacional e treinamento, equipamentos de proteção individual.

Trata-se de bens comuns, com especificações técnicas objetivamente definidas, produção industrial seriada e certificações regulamentares exigidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

1. Armamentos Institucionais (Produtos Controlados)

Os armamentos são classificados como Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro, estando o Município devidamente autorizado por meio da Autorização nº 2025AUT000626.

1.1 Pistola – Calibre 9mm (9x19)

Fabricação nacional;

Sistema semiautomático;

Cano de 102 mm;

Comprimento total de 188,4 mm;

Peso aproximado de 828 g;

Acabamento preto fosco;

Sistema de disparo Striker Fire;

Trava de percussor e trava de gatilho;

Indicador de cartucho na câmara;

Armação em polímero com trilho inferior;

Backstrap intercambiável (4 tamanhos);

Retém do carregador e do ferrolho ambidestros;

Alça e massa de mira de três pontos fixos;

03 carregadores com capacidade para 17 cartuchos cada (02 extras);

Zarelho para bandoleira.

Quantidade: 24 unidades.

1.2 Carabina– Calibre 9x19

Funcionamento semiautomático;

Seletor de tiro ambidestro;

Operação por aproveitamento direto de gases;

Trancamento rotativo do ferrolho;





Cano de 203,2 mm (8");
Passo de raia 1:10";
Guarda-mão em alumínio padrão MLOK;
Trilho superior Picatinny MIL-STD 1913;
Coronha telescópica com 6 posições;
Comprimento estendida: 735 mm;
Comprimento retraída: 655 mm;
Peso aproximado 2,582 kg (sem carregador);
05 carregadores de polímero com capacidade para 32 cartuchos (04 extras);
01 bandoleira de 3 pontos.
Quantidade: 02 unidades.

1.3 Espingarda Calibre 12 – Sistema Pump military 3.0 retrátil - 14 polegadas

Sistema de repetição manual (ação por bombeamento);
Câmara 12/70 ou superior;
Cano compatível com uso operacional;
Destinada a emprego institucional e controle de ocorrências específicas.
Quantidade: 02 unidades.

2. Equipamentos de Proteção Individual**2.1 Colete Balístico Nível III-A**

Conformidade com norma NIJ 0101.04 ou superior;
Certificação válida;
Proteção contra projéteis de arma curta;
Uso individual e permanente;
Destinado à preservação da integridade física do agente.
Quantidade: 25 unidades.

2.2 Coldre Externo para Pistola 9mm

Material resistente;
Sistema de retenção;
Fixação na cintura;
Compatível com modelo institucional adotado.
Quantidade: 25 unidades.

3. Munições (Material de Consumo)**3.1 Calibre 9mm +P – Uso Operacional**

Quantidade: 3.000 unidades.

3.2 Calibre 9mm – Treinamento

Quantidade: 15.000 unidades.

3.3 Calibre 12 – Carga SG (operacional)

Quantidade: 750 unidades.

3.4 Calibre 12 – Treinamento

Quantidade: 3.250 unidades.

3.5 Calibre 12 – Impacto Controlado (borracha)



Quantidade: 250 unidades.

As munições destinam-se tanto à dotação operacional quanto à capacitação periódica obrigatória do efetivo.

Materiais de consumo: munições.

A aquisição visa estruturar integralmente o aparato operacional da Guarda Municipal, considerando a inexistência anterior de armamento institucional e o aumento do efetivo decorrente de concurso público, garantindo eficiência, segurança institucional e conformidade com as normas aplicáveis.

Como será aplicado o objeto da aquisição/contratação?

O objeto da contratação será aplicado diretamente na estruturação e operacionalização da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, sendo destinado ao uso institucional exclusivo no exercício das atribuições legais da corporação.

Os armamentos institucionais serão distribuídos ao efetivo mediante cautela individual, com registro patrimonial, controle interno e observância das normas aplicáveis aos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro. Sua utilização ocorrerá exclusivamente em serviço, conforme protocolos operacionais padronizados, treinamento específico e normas de uso progressivo da força.

As munições terão dupla aplicação:

Parte será destinada à dotação operacional, permanecendo sob controle da corporação para emprego em situações reais;

Parte será utilizada em treinamentos periódicos obrigatórios, necessários à manutenção da habilitação técnica e do porte institucional dos agentes.

Os coletes balísticos nível III-A serão entregues individualmente aos servidores, compondo Equipamento de Proteção Individual (EPI) obrigatório durante o serviço operacional, garantindo proteção à integridade física do agente.

Os coldres serão utilizados para porte seguro das pistolas institucionais, assegurando retenção adequada e pronta utilização.

Todos os bens permanentes serão incorporados ao patrimônio público municipal, com controle por meio de tombamento e registro interno, enquanto os materiais de consumo serão gerenciados por sistema de controle de estoque.

Assim, a aplicação do objeto ocorrerá de forma planejada, controlada e vinculada exclusivamente à atividade institucional permanente da Guarda Municipal, garantindo eficiência operacional, segurança jurídica e conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com a regulamentação específica de produtos controlados.





Onde será aplicado o objeto da aquisição/contratação?

O objeto da contratação será aplicado no âmbito territorial do Município de São Miguel do Iguaçu/PR, nas atividades operacionais desempenhadas pela Guarda Municipal, especialmente na proteção preventiva da população, na salvaguarda dos bens, serviços e instalações públicas municipais e no apoio às ações integradas de segurança pública.

Fisicamente, os bens serão recebidos, conferidos e incorporados ao patrimônio público na sede da Guarda Municipal, localizada na Rua Fernando Ferrari nº 760, anexa ao Parque de Exposições, onde permanecerão armazenados sob controle administrativo até sua distribuição ao efetivo.

Os armamentos institucionais e respectivos acessórios serão utilizados exclusivamente em serviço, durante patrulhamento preventivo, atendimento de ocorrências, operações de fiscalização e demais atividades típicas da corporação, sempre dentro dos limites territoriais do Município e conforme protocolos operacionais.

As munições serão aplicadas tanto em serviço operacional quanto em treinamentos realizados em local apropriado e autorizado para instrução de tiro, observadas as normas de segurança e regulamentação de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro.

Os coletes balísticos, coldres serão utilizados individualmente pelos agentes durante o exercício de suas funções operacionais, compondo o equipamento padrão da corporação.

Portanto, a aplicação do objeto ocorre no contexto da atividade permanente de segurança municipal, dentro da área de competência da Guarda Municipal, com controle institucional e vinculação direta às atribuições legais do órgão.

Para que será aplicado o objeto da aquisição/contratação?

O objeto da contratação será aplicado no âmbito territorial do Município de São Miguel do Iguaçu/PR, nas atividades operacionais desempenhadas pela Guarda Municipal, especialmente na proteção preventiva da população, na salvaguarda dos bens, serviços e instalações públicas municipais e no apoio às ações integradas de segurança pública.

Fisicamente, os bens serão recebidos, conferidos e incorporados ao patrimônio público na sede da Guarda Municipal, localizada na Rua Fernando Ferrari nº 760, anexa ao Parque de Exposições, onde permanecerão armazenados sob controle administrativo até sua distribuição ao efetivo.

Os armamentos institucionais e respectivos acessórios serão utilizados exclusivamente em serviço, durante patrulhamento preventivo, atendimento de ocorrências, operações de fiscalização e demais atividades típicas da corporação, sempre dentro dos limites territoriais do Município e conforme protocolos operacionais.

As munições serão aplicadas tanto em serviço operacional quanto em treinamentos realizados em local apropriado e autorizado para instrução de tiro, observadas as normas de segurança e regulamentação de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro.





Os coletes balísticos, coldres serão utilizados individualmente pelos agentes durante o exercício de suas funções operacionais, compondo o equipamento padrão da corporação. Portanto, a aplicação do objeto ocorre no contexto da atividade permanente de segurança municipal, dentro da área de competência da Guarda Municipal, com controle institucional e vinculação direta às atribuições legais do órgão.

Quando será necessária a aplicação do objeto da aquisição/contratação?

A aplicação do objeto da contratação será necessária de forma imediata após a entrega e incorporação dos bens ao patrimônio público, considerando que a Guarda Municipal atualmente não dispõe de armamento institucional e que houve ampliação do efetivo por meio de novo concurso público.

A utilização dos armamentos, coletes balísticos, coldres ocorrerá de maneira contínua, durante todo o período em que os agentes estiverem em serviço operacional, uma vez que a atividade de segurança pública possui natureza permanente e não eventual.

As munições destinadas ao uso operacional estarão disponíveis para emprego sempre que houver necessidade em ocorrências reais. Já as munições de treinamento serão utilizadas periodicamente, conforme cronograma de capacitação e instrução obrigatória, garantindo a manutenção da habilitação técnica e do porte institucional dos agentes.

Portanto, a aplicação do objeto não está vinculada a evento específico ou demanda temporária, mas sim à manutenção contínua da atividade pública de segurança municipal, sendo necessária de forma imediata após a conclusão do processo de contratação e de maneira permanente nos exercícios subsequentes.

Destaque especificações técnicas essenciais. Defina os padrões de qualidade mínimos necessários.

Os armamentos devem atender, no mínimo, aos seguintes padrões técnicos:

Calibre padronizado 9x19mm para pistolas e carabinas, favorecendo uniformização logística;

Funcionamento semiautomático;

Sistema de disparo do tipo striker fire (para pistolas);

Dispositivos de segurança contra disparos acidentais (trava de percussor e trava de gatilho);

Indicador de cartucho na câmara;

Trilho inferior padrão Picatinny MIL-STD 1913 para acoplamento de acessórios;

Capacidade mínima de 15 cartuchos para pistolas;

Carregadores adicionais inclusos;

Acabamento resistente à corrosão e desgaste;

Fabricação nacional ou devidamente autorizada para comercialização no Brasil;

Registro e rastreabilidade conforme regulamentação do Exército Brasileiro.





Para carabinas:
Cano mínimo de 8 polegadas;
Operação por aproveitamento direto de gases;
Coronha com regulagem de comprimento;
Trilho superior padrão Picatinny;
Capacidade mínima de 30 cartuchos por carregador.
Para espingarda calibre 12:
Sistema pump (ação por repetição manual);
Câmara 12/70 ou superior;
Uso institucional compatível com munições operacionais e de impacto controlado.

2. Coletes Balísticos (EPI)
Devem atender, no mínimo:
Nível de proteção III-A, conforme norma NIJ 0101.04 ou superior;
Certificação válida e rastreável;
Proteção contra projéteis de arma curta;
Painéis balísticos selados contra umidade;
Ajustes ergonômicos e tamanhos compatíveis com o efetivo;
Garantia mínima do fabricante.

3. Munições
Devem apresentar:
Fabricação por empresa autorizada;
Conformidade com especificação do calibre correspondente;
Para uso operacional: projétil adequado à atividade policial (+P no caso do 9mm);
Para treinamento: munição encamisada padrão (FMJ ou similar);
Para calibre 12: versões carga SG, treinamento e impacto controlado (borracha);
Lotes identificáveis para controle de estoque e rastreabilidade.
Essas especificações asseguram que os bens adquiridos apresentem qualidade, segurança, durabilidade e desempenho compatíveis com a atividade permanente da Guarda Municipal, garantindo eficiência operacional e conformidade com as normas vigentes.

Quais as especificações mínimas? Descreva-as. Existe alguma norma ABNT sobre a execução da atividade/serviço desejado? Quais as rotinas inerentes à prestação dos serviços?

Especificações Mínimas Exigidas

1. Armamentos (Pistolas, Carabinas e Espingardas)
Devem atender, no mínimo:
Calibre 9x19mm (para pistolas e carabinas);
Sistema semiautomático;
Capacidade mínima de 15 cartuchos (pistola);
Trilho padrão Picatinny para acessórios;
Dispositivos de segurança contra disparo acidental;
Acabamento anticorrosivo;





Fornecimento de carregadores adicionais;
Registro e comercialização autorizados no Brasil;
Conformidade com a regulamentação de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro.

Para espingarda calibre 12:

Sistema pump (ação por repetição manual);

Câmara 12/70 ou superior;

Compatibilidade com munição operacional e de impacto controlado.

2. Coletes Balísticos

Nível de proteção III-A;

Certificação válida conforme norma NIJ 0101.04 ou superior;

Identificação de lote e rastreabilidade;

Garantia do fabricante;

Painéis selados contra umidade.

Embora não exista norma ABNT específica que substitua a certificação balística internacional, a fabricação e comercialização devem observar normas técnicas de qualidade e certificações exigidas pelos órgãos competentes.

3. Munições

Compatíveis com os calibres adquiridos;

Fabricação por empresa autorizada;

Identificação de lote;

Munição operacional adequada ao uso policial (+P no caso do 9mm);

Munição de treinamento padrão encamisada;

Para calibre 12: versões operacional (SG), treinamento e impacto controlado (borracha).

Normas Técnicas Aplicáveis

Não há norma ABNT específica que discipline a execução da atividade armada da Guarda Municipal. Contudo, aplicam-se:

Regulamentações do Exército Brasileiro quanto a produtos controlados;

Normas internacionais de certificação balística (NIJ);

Requisitos de qualidade industrial aplicáveis à fabricação;

Disposições da Lei nº 14.133/2021 quanto à padronização e definição objetiva do objeto.

Rotinas Inerentes à Utilização (não prestação de serviço)

Como não se trata de contrato de serviço, não há rotinas de execução contratual típicas.

Contudo, após a aquisição, os bens seguirão rotinas institucionais internas, tais como:

Registro patrimonial e tombamento dos bens permanentes;

Controle de cautela de armamento individual;

Armazenamento seguro conforme normas internas;

Controle de estoque e rastreabilidade de munições;

Treinamento periódico obrigatório do efetivo;

Manutenção preventiva conforme manual do fabricante.





Assim, as especificações mínimas garantem que os produtos adquiridos atendam aos padrões técnicos essenciais para uso institucional seguro, eficiente e legalmente autorizado.

Existem outros produtos/prestadores que podem ser utilizados com especificações similares?

Sim, existem no mercado outros fabricantes e fornecedores que produzem armamentos, munições e equipamentos com especificações técnicas similares às descritas neste Estudo Técnico Preliminar, desde que devidamente autorizados a comercializar Produtos Controlados no Brasil e que atendam às exigências regulamentares do Exército Brasileiro. No segmento de pistolas e carabinas calibre 9x19mm, por exemplo, além da Taurus Armas S.A., existem fabricantes internacionais com produtos de padrão equivalente, como a Glock Ges.m.b.H., a Beretta e a SIG Sauer, que produzem pistolas semiautomáticas com sistema striker fire, trilhos padrão Picatinny, dispositivos de segurança e capacidade similar. Contudo, a disponibilidade para fornecimento ao poder público brasileiro depende de representação oficial, regularidade fiscal, autorização de comercialização e logística compatível.

No segmento de munições, há fabricantes nacionais como a Companhia Brasileira de Cartuchos, que atua amplamente no fornecimento institucional, inclusive para forças de segurança.

Quanto aos coletes balísticos, há diversos fabricantes nacionais certificados que produzem equipamentos com nível de proteção III-A conforme norma NIJ, desde que possuam certificação válida e autorização de comercialização.

Portanto, tecnicamente existem alternativas no mercado com especificações similares. Entretanto, a escolha do fornecedor deve observar critérios como padronização institucional, compatibilidade logística, assistência técnica nacional, disponibilidade imediata, autorização regulatória e eventual condição de exclusividade de fornecimento, quando comprovada.

É necessária a indicação de marcas ou modelos ? Qual a justificativa para indicação, marca e modelo? (art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)?

Não é necessária a indicação de marcas ou modelos específicos para os itens objeto da presente contratação.

A especificação do objeto foi elaborada com base em características técnicas, funcionais e de desempenho, suficientes para atender às necessidades da Administração, garantindo a ampla competitividade e observando o princípio da isonomia entre os licitantes, conforme preconiza o art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.





Ressalta-se que a eventual menção a marcas ou modelos, quando necessária, terá caráter meramente referencial, podendo ser admitidas soluções equivalentes, desde que comprovadamente atendam a todas as especificações técnicas exigidas.

Dessa forma, a Administração assegura a seleção da proposta mais vantajosa, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

É necessária exclusão de marcas ou modelos? Quais produtos/marcas serão excluídos? Qual a justificativa para exclusão?

No presente caso, **não se promove exclusão prévia de marcas**, mas apenas a exigência de atendimento integral às especificações técnicas e normas regulamentares. Eventuais produtos que não atendam aos requisitos mínimos serão desclassificados por inobservância técnica, e não por critério subjetivo de marca.

Assim, preserva-se a competitividade, a legalidade e o interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

A especificação do objeto elaborada ocasiona a restrição ao fornecimento? Essa especificação leva a solução exclusiva de produto?

A especificação do objeto foi elaborada com base em requisitos técnicos mínimos indispensáveis ao atendimento da necessidade pública, não tendo como finalidade direcionar ou restringir indevidamente a competitividade.

As exigências estabelecidas — como calibre padronizado (9x19mm), funcionamento semiautomático, dispositivos mínimos de segurança, trilho padrão Picatinny, certificação balística nível III-A para coletes e regularidade junto ao Exército Brasileiro — correspondem a características amplamente disponíveis no mercado nacional e internacional, sendo comuns a diversos fabricantes do setor.

Dessa forma, a especificação **não impõe solução exclusiva**, pois existem múltiplos fabricantes capazes de fornecer produtos com desempenho equivalente, desde que atendam aos padrões técnicos mínimos definidos. A definição por características objetivas, e não por marca específica (salvo quando tecnicamente justificado), preserva a competitividade e observa os princípios da isonomia e da ampla concorrência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Importante destacar que eventual restrição somente ocorreria caso fossem exigidas características incomuns, proprietárias ou exclusivas de determinado fabricante, o que não é o caso. As especificações adotadas refletem padrões técnicos usuais para armamentos e equipamentos de uso institucional, visando garantir segurança, durabilidade, padronização operacional e conformidade regulatória.

Portanto, conclui-se que a especificação do objeto não ocasiona restrição indevida ao fornecimento nem conduz, por si só, à solução exclusiva de produto, mantendo-se alinhada





aos princípios da legalidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Analise os impactos ambientais da contratação. O serviço/bem contratado gera impactos ao meio ambiente?

A presente contratação refere-se à aquisição de armamentos, munições, coletes balísticos destinados à Guarda Municipal, não configurando atividade industrial ou prestação de serviço com impacto ambiental contínuo.

Os armamentos e coletes balísticos, por serem bens duráveis, não geram impacto ambiental direto durante sua utilização regular. Eventual impacto poderá ocorrer apenas ao final da vida útil, momento em que o descarte deverá observar a regulamentação específica do Exército Brasileiro, no caso de armamentos, e as normas gerais de desfazimento de bens públicos.

As munições podem gerar impactos ambientais pontuais durante treinamentos, especialmente em razão de resíduos metálicos (projéteis e estojos). Contudo, tais impactos são controláveis mediante utilização de stands apropriados, recolhimento dos resíduos e destinação ambientalmente adequada, conforme diretrizes da Lei nº 12.305/2010.

Conclui-se, portanto, que os impactos ambientais decorrentes da contratação são indiretos, pontuais e mitigáveis, não havendo comprometimento ambiental relevante, desde que observadas as normas de controle, armazenamento e destinação adequada de resíduos.

Quais os requisitos de sustentabilidade foram identificados? Foi Consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis? Liste práticas sustentáveis que podem ser aplicadas. Exemplo: uso de materiais recicláveis, exigência de eficiência energética.

Foram analisados os requisitos de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação, considerando a natureza dos bens (armamentos, munições, coletes balísticos). Embora não se trate de contratação com impacto ambiental elevado ou consumo energético relevante, é possível incorporar critérios sustentáveis proporcionais ao objeto, conforme o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021.

Foi consultado, como referência orientativa, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, especialmente no que se refere à adoção de critérios ambientais compatíveis com o objeto e sem restrição indevida à competitividade.

Requisitos de sustentabilidade identificados

Destinação adequada de resíduos

Recolhimento de estojos e resíduos metálicos provenientes de treinamentos;

Descarte ambientalmente adequado de embalagens;





Observância das diretrizes da Lei nº 12.305/2010.

Logística reversa (quando aplicável)

Possibilidade de reaproveitamento ou reciclagem de embalagens.

Durabilidade e qualidade

Aquisição de produtos com vida útil prolongada, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

Garantia mínima do fabricante;

Materiais resistentes à corrosão e desgaste.

Padronização logística

Padronização de calibre e equipamentos, reduzindo desperdícios e estoques excessivos;

Racionalização do consumo de munição por meio de planejamento de treinamentos.

Regularidade ambiental do fornecedor

Exigência de que o fornecedor esteja regular perante os órgãos ambientais competentes;

Atendimento às normas técnicas e autorizações legais de fabricação e comercialização.

Embalagens e materiais

Preferência por embalagens recicláveis ou com menor volume de material não reciclável, quando disponível no mercado;

Identificação de lotes para controle e rastreabilidade.

Conclusão

A contratação não envolve bens de elevado consumo energético nem impacto ambiental significativo. Contudo, foram identificadas práticas sustentáveis aplicáveis e proporcionais ao objeto, especialmente relacionadas à gestão de resíduos, durabilidade dos produtos, logística reversa e regularidade ambiental dos fornecedores, atendendo às diretrizes de sustentabilidade nas contratações públicas.

5.CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO OU FORNECIMENTO DO OBJETO

Da vedação à participação de empresas em consórcio

A vedação à participação de empresas em consórcio fundamenta-se em análise de mercado realizada no âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, a qual evidenciou a existência de número significativo de fornecedores aptos a atender integralmente o objeto de forma individual.

Verificou-se, a partir de pesquisa de preços, consultas a contratações similares e levantamento de fornecedores do ramo, que o mercado é composto por empresas especializadas que possuem capacidade técnica, operacional e regularidade jurídica para o fornecimento dos itens licitados, inclusive aqueles classificados como produtos controlados.





Ademais, o objeto não apresenta complexidade técnica ou operacional que justifique a formação de consórcios, tampouco envolve parcelas de execução que demandem atuação conjunta de múltiplas empresas.

Ressalta-se, ainda, que a admissão de consórcios, no presente caso, poderia comprometer a eficiência da gestão contratual, dificultar a fiscalização e aumentar os riscos operacionais, sem contrapartida de ganho relevante em competitividade.

Diante disso, conclui-se que a vedação à participação de consórcios não restringe a competitividade, sendo medida adequada e proporcional às características do objeto, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

Escolha entre execução direta (pela própria Administração) ou indireta (Terceirização).

Explique a escolha e seus impactos.

No presente caso, trata-se de aquisição de bens, e não de contratação de serviço continuado. Assim, a execução será direta pela própria Administração Pública, no que se refere à gestão, controle, armazenamento e utilização dos bens adquiridos.

A contratação envolverá apenas o fornecimento dos produtos pelo particular (execução indireta restrita ao fornecimento), cabendo à empresa contratada a entrega dos bens conforme especificações técnicas estabelecidas. Após o recebimento definitivo, toda a operacionalização será realizada exclusivamente pela Guarda Municipal.

Justificativa da escolha

A execução direta é a opção adequada porque:

A atividade de segurança pública é função típica e indelegável do Estado;

O uso e a gestão de armamentos não podem ser terceirizados;

O controle de Produtos Controlados exige responsabilidade institucional direta;

A cautela, guarda e controle de munições devem permanecer sob gestão da Administração.

Assim, a terceirização da atividade operacional não seria juridicamente possível nem recomendável.

Impactos da escolha

Impactos positivos:

Maior controle institucional sobre armamentos e munições;

Segurança jurídica e administrativa;

Responsabilidade direta na gestão patrimonial;

Padronização operacional do efetivo.

Impactos financeiros:

Investimento inicial maior (aquisição definitiva), porém com benefício de longo prazo, pois os bens integrarão o patrimônio público.

Conclui-se, portanto, que a execução direta pela Administração é a única solução juridicamente viável e tecnicamente adequada, sendo a empresa contratada responsável





apenas pelo fornecimento dos bens, enquanto a utilização e gestão permanecerão sob responsabilidade exclusiva do Município.

SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto da contratação, que consiste no fornecimento de bens classificados como Produtos Controlados pelo Exército (PCE), cuja comercialização exige autorização específica, controle institucional rigoroso e responsabilidade direta do fornecedor contratado.

A eventual subcontratação poderia comprometer a rastreabilidade dos produtos, o controle documental exigido pela legislação específica e a segurança institucional envolvida no fornecimento dos itens.

Ademais, considerando tratar-se de fornecimento direto de bens padronizados, não há necessidade técnica que justifique a transferência parcial da execução a terceiros.

Dessa forma, a vedação à subcontratação mostra-se tecnicamente adequada e proporcional ao risco da contratação, garantindo maior segurança jurídica e operacional à Administração Pública.

Explique como será a execução do contrato. Quem será responsável pelo quê? Quais são as obrigações da contratada e da Administração? Local de Entrega/Prestação dos Serviços? Horários de Entrega/Execução das atividades?

A execução do contrato consistirá no fornecimento dos bens adquiridos, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta vencedora, cabendo à empresa contratada a entrega dos produtos conforme as solicitações da Administração, e à Administração o recebimento, conferência e incorporação ao patrimônio público.

Forma de Execução

O contrato será executado de forma indireta quanto ao fornecimento, sendo a contratada responsável pela fabricação (ou comercialização), transporte e entrega dos bens, de forma parcelada, conforme demanda da Administração. Após o recebimento definitivo de cada fornecimento, a utilização, guarda e controle dos materiais serão de responsabilidade exclusiva da Administração Municipal.





Por se tratarem de Produtos Controlados, a execução deverá observar integralmente a regulamentação do Exército Brasileiro, especialmente quanto ao transporte, documentação fiscal, rastreabilidade e autorização de aquisição (Autorização nº 2025AUT000626).

Obrigações da Contratada

Fornecer todos os bens novos, sem uso, conforme especificações técnicas;
Garantir que os produtos estejam devidamente autorizados para comercialização no Brasil;
Providenciar transporte adequado e seguro dos materiais;
Entregar os bens acompanhados de nota fiscal, manuais e certificados exigidos;
Garantir assistência técnica e garantia mínima contra defeitos de fabricação;
Substituir produtos com vícios ou desconformidades no prazo contratual;
Cumprir prazos de entrega estabelecidos no contrato.

Obrigações da Administração

Emitir empenho e ordem de fornecimento;
Disponibilizar local adequado para recebimento;
Realizar conferência quantitativa e qualitativa dos bens;
Proceder ao recebimento provisório e definitivo;
Efetuar o pagamento após atesto do fiscal do contrato;
Realizar tombamento dos bens permanentes;
Manter controle interno de cautela e armazenamento.

Local de Entrega

Os bens deverão ser entregues na sede da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, localizada na Rua Fernando Ferrari nº 760, anexa ao Parque de Exposições, ou em outro local formalmente indicado pela Administração dentro do Município.

A justificativa para definição desse local decorre do fato de que a sede da Guarda Municipal dispõe de estrutura física adequada para o recebimento e armazenamento seguro dos Produtos Controlados, incluindo **cofres apropriados para guarda de armamentos e munições**, garantindo controle de acesso, segurança patrimonial e conformidade com as exigências regulamentares do Exército Brasileiro.

Horário de Entrega

A entrega deverá ocorrer em dias úteis, em horário comercial (7h30min às 11h30min e 13h00min às 17h00min), mediante agendamento prévio com o responsável designado.

Fiscalização

A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao fiscal verificar o cumprimento das especificações, prazos e condições estabelecidas.

Conclui-se que a execução do contrato será objetiva e limitada ao fornecimento dos bens, permanecendo sob responsabilidade da Administração toda a gestão, guarda e utilização do material adquirido.





Há alguma rotina especial? Qual rotina deve ser aplicada?

Sim, em razão da natureza dos bens — especialmente por envolverem Produtos Controlados — há rotinas administrativas e operacionais específicas que deverão ser rigorosamente observadas.

Rotinas a serem aplicadas

Recebimento formal e conferência técnica

Conferência quantitativa e qualitativa no ato da entrega; Verificação de numeração de série, lotes e certificados; Registro em termo de recebimento provisório e posterior recebimento definitivo.

Registro e controle patrimonial

Tombamento dos bens permanentes (armamentos e coletes); Registro individualizado por número de série; Vinculação ao agente mediante termo de cautela.

Armazenamento seguro

Guarda em cofres apropriados na sede da Guarda Municipal; Controle restrito de acesso; Observância das exigências regulamentares do Exército Brasileiro.

Controle de munições

Registro de entrada por lote; Controle de saída para treinamento ou uso operacional; Recolhimento de estojos após treinamento.

Termo de cautela individual

Assinatura de responsabilidade pelo agente ao receber armamento e equipamentos; Registro de devolução ao final do serviço.

Treinamento e habilitação

Utilização somente por agentes habilitados; Manutenção de cronograma de capacitação periódica.

Manutenção preventiva

Limpeza e inspeção periódica conforme manual do fabricante; Encaminhamento à assistência técnica autorizada quando necessário.

A rotina especial decorre da necessidade de segurança institucional, rastreabilidade e conformidade legal. Tais procedimentos garantem controle rigoroso, responsabilidade individualizada e gestão adequada dos bens públicos, assegurando legalidade, segurança e eficiência na utilização do material adquirido.

No caso de bens, a Administração tem onde guardar? Caso Positivo, onde e como será armazenado? (dispensável para serviços)

Sim. A Administração dispõe de local adequado para guarda e armazenamento dos bens. Os armamentos, munições e demais Produtos Controlados serão armazenados na sede da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, localizada na Rua Fernando Ferrari nº 760, anexa ao Parque de Exposições. O local conta com estrutura física apropriada, incluindo





cofres específicos para armazenamento de armamentos e munições, garantindo segurança, controle de acesso restrito e rastreabilidade.

Existe um cronograma de entregas (no caso de parcela única, informar no caso de entregas parceladas, indicar as datas esperadas mesmo para registro de preços)

Para a presente contratação, considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), o fornecimento dos bens ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante emissão de Ordens de Fornecimento ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Cronograma de Entrega

O prazo máximo para entrega dos bens será de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração.

Local de entrega: sede da Guarda Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR, situada na Rua Fernando Ferrari nº 760.

Horário: em dias úteis, em horário comercial, mediante agendamento prévio.

O fornecimento parcelado justifica-se pela necessidade de possibilitar o atendimento progressivo das demandas institucionais, bem como pela natureza dos bens a serem adquiridos, que podem demandar reposição futura, manutenção do aparelhamento e adequação conforme evolução das necessidades operacionais da Guarda Municipal.

Caso, por motivo devidamente justificado (como prazo de fabricação ou liberação de transporte especial), seja necessária a entrega em remessas específicas, esta deverá ser previamente autorizada pela Administração, respeitados os prazos contratuais estabelecidos.

Assim, o cronograma previsto atende à necessidade institucional, garantindo previsibilidade, controle e celeridade no fornecimento dos bens ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Detalhe as condições de pagamento. Haverá pagamento parcelado? Como será feita a aceitação do serviço ou bem entregue?

O pagamento será realizado de forma parcelada, conforme a entrega efetiva dos bens, considerando que o fornecimento ocorrerá sob demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços.

O prazo para pagamento será de **até 30** (trinta) dias, contados a partir do recebimento definitivo dos bens e da apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, conforme prática administrativa adotada pelo Município.





Bem necessita alguma licença ou autorização especial (registro ANATEL, INMETRO, Registro Anvisa, etc)? No caso de serviços, o prestador precisa registro profissional em algum órgão (CREA, CRF, CRBIO, CRM, etc)? E o fornecedor necessita de algum registro em algum órgão específico (CTF, Bombeiros, etc)?

Sim. Os armamentos, munições são classificados como Produtos Controlados (PCE), sendo obrigatória a autorização e fiscalização pelo Exército Brasileiro.

Exigências aplicáveis:

Autorização prévia de aquisição (já concedida – Autorização nº 2025AUT000626); Registro da instituição junto ao órgão competente; Controle de rastreabilidade; Transporte autorizado conforme regulamentação vigente.

Para coletes balísticos:

Devem possuir certificação balística válida (NIJ III-A ou superior);

Comercialização autorizada no território nacional.

Não há exigência de registro na ANATEL, ANVISA ou INMETRO para os armamentos e munições.

O serviço necessita alguma licença especial (Licença Sanitária, Licença Ambiental, AE/AFE Anvisa)?

Não se aplica, pois, a presente contratação não envolve prestação de serviço sujeito a vigilância sanitária ou controle da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Trata-se de aquisição de bens (armamentos, munições, coletes balísticos), os quais são classificados como Produtos Controlados e submetidos à regulamentação específica do Exército Brasileiro, e não à licença sanitária ou Autorização Especial (AE/AFE) da ANVISA.

Os fornecedores costumam apresentar produtos/serviços de baixa qualidade ou que ofereçam risco aos usuários e demais pessoas? É necessária a exigência de apresentação de amostra para verificação prévia da qualidade do produto ofertado? É necessária a exigência de apresentação de amostra para verificação prévia da qualidade do produto ofertado?

Em regra, os fornecedores de armamentos e equipamentos balísticos são empresas autorizadas e fiscalizadas pelo Exército Brasileiro, o que reduz o risco de produtos de baixa qualidade. Contudo, por se tratarem de itens que impactam diretamente a segurança dos agentes, é indispensável exigir certificações técnicas, regularidade legal e garantia do fabricante.

Não é necessária a exigência de amostra física prévia, pois se tratam de Produtos Controlados, cuja qualidade é comprovada por certificações (ex.: NIJ III-A para coletes), documentação técnica e verificação no recebimento definitivo.





Assim, a conferência técnica no ato da entrega, aliada às certificações e garantias contratuais, é suficiente para assegurar a qualidade dos produtos, sem necessidade de apresentação de amostras.

Qual a garantia mínima necessária para o Objeto? É costume do mercado essa prática?

A garantia mínima necessária para o objeto deverá ser de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir do recebimento definitivo dos bens.

Para os armamentos (pistolas, carabinas e espingardas), é prática comum de mercado que os fabricantes ofereçam garantia mínima de 12 meses, podendo inclusive ser superior, especialmente quando se trata de fornecimento institucional.

Para os coletes balísticos, o mercado normalmente oferece:

Garantia estrutural do painel balístico (geralmente entre 3 e 5 anos, conforme fabricante);

Garantia da capa externa (normalmente 12 meses).

Para os demais itens (coldres e equipamentos acessórios), a garantia mínima de 12 meses também é prática usual.

Portanto, a exigência de garantia mínima de 12 meses está alinhada com as práticas de mercado e é compatível com a natureza dos bens, assegurando proteção à Administração contra vícios de fabricação e reforçando a qualidade do objeto contratado.

Quais os requisitos de sustentabilidade foram identificados? Foi consultado o Guia de Nacional de Contratações Sustentáveis?

Foram observados requisitos de sustentabilidade compatíveis com a natureza do objeto, especialmente no que se refere à durabilidade, eficiência e adequada destinação de resíduos.

Considerando tratar-se de aquisição de bens duráveis e de uso institucional, foram identificados como requisitos de sustentabilidade: Aquisição de produtos novos, com garantia do fabricante, assegurando maior vida útil; Observância às normas técnicas e de qualidade aplicáveis; Exigência de regularidade do fabricante e do fornecedor perante os órgãos competentes; Destinação ambientalmente adequada de embalagens e resíduos eventuais; Procedimentos formais para descarte futuro, conforme legislação ambiental vigente.

Foi realizada consulta às diretrizes constantes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, sendo verificado que, para objetos dessa natureza, não há exigências ambientais específicas além da observância da legislação ambiental geral e das normas de controle aplicáveis aos produtos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação atende aos critérios de sustentabilidade compatíveis com o objeto, observando o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021.





São necessários materiais específicos/equipamentos/ferramentas/utensílios? Quais as quantidades de cada um dos itens necessários? Quais? Quem disponibilizará os materiais? Prestador, quais?

A contratada deverá fornecer (por item contratado):

Pistolas 9mm – com carregadores, acessórios e kit de limpeza;

Carabinas 9mm – com carregadores e bandoleira;

Espingardas cal. 12 – conforme especificação técnica;

Coletes balísticos – conforme nível III-A certificado;

Coldres – compatíveis com o modelo da pistola;

Munições 9mm e cal. 12 – conforme quantitativos definidos;

Manuais, certificados e garantia de cada item.

Cada item será contratado separadamente, com suas respectivas quantidades e especificações técnicas próprias.

A Administração será responsável por:

Disponibilizar cofres apropriados para armazenamento;

Manter controle de cautela e registro patrimonial;

Garantir local seguro na sede da Guarda Municipal;

Gerenciar estoque e uso conforme regulamentação do Exército Brasileiro.

Assim, embora a contratação seja individual por item, a estrutura de guarda e controle permanece sob responsabilidade exclusiva da Administração.





Serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato? Quais?

Não há necessidade de procedimentos complexos de transição contratual, pois se trata de aquisição de bens com entrega em parcela única, e não de contrato de prestação de serviço continuado.

Procedimentos aplicáveis:

Recebimento Provisório

Conferência quantitativa no ato da entrega; Verificação de integridade das embalagens e documentação.

Recebimento Definitivo

Conferência técnica detalhada; Verificação de números de série, lotes e certificações;

Emissão de termo de recebimento definitivo.

Tombamento e Registro

Incorporação dos bens permanentes ao patrimônio; Registro individualizado dos armamentos;

Controle de estoque das munições.

Encerramento Contratual

Atesto do fiscal; Pagamento em até 30 dias;

Arquivamento da documentação contratual.

Não há fase de transição operacional, pois a utilização dos bens será imediata após o recebimento definitivo, sob responsabilidade da Administração, observando a regulamentação do Exército Brasileiro.

Portanto, o contrato se encerra com a entrega regular dos bens, recebimento definitivo e pagamento, não havendo necessidade de plano de transição ou desmobilização.

6.QUANTITATIVO DO OBJETO

Já contratamos antes? Qual foi a quantidade? A quantidade atendeu a demanda?

Não. O Município não realizou contratação anterior para aquisição de armamentos, munições e equipamentos correlatos destinados à Guarda Municipal.

Trata-se da primeira aquisição institucional desse objeto, motivada pela inexistência de armamento no efetivo atual e pelo aumento do número de servidores decorrente do **Concurso Público nº 001/2025**, que prevê o ingresso de novos Guardas Municipais, ampliando o efetivo operacional da corporação.

A quantidade ora definida foi dimensionada com base:

- No efetivo atual da Guarda Municipal (10 servidores em atividade);
- No chamamento de 12 novos servidores aprovados no Concurso Público nº 001/2025;





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

- Nos limites autorizados pelo **Exército Brasileiro**, conforme **Autorização para Aquisição de PCE – Âmbito Nacional nº 2025AUT000626**.

Após a contratação anterior (se existente), houve aumento de usuários/beneficiários/consumidores dessa contratação/área a ser conservada/atingida?

Não houve contratação anterior desse objeto, pois esta é a primeira aquisição institucional de armamentos e equipamentos para a Guarda Municipal. Entretanto, houve aumento do número de usuários/beneficiários, em razão de concurso público recente que ampliou o efetivo da corporação. Assim, mesmo inexistindo contrato anterior para comparação, a área atendida e o número de agentes que necessitam de equipamentos foram ampliados. Dessa forma, a demanda atual decorre tanto da inexistência prévia de armamento institucional quanto do crescimento do efetivo, o que justifica o quantitativo previsto no planejamento aprovado pelo Exército Brasileiro.

De quanto a Administração precisa atualmente? Por quê?

Item	Descrição	Und. de Medi da	Qnt.
01	Pistola: 9mm (9x19)	UN	24
02	Carabina: semi-automática 9mm (9x19)	UN	02
03	Espingarda calibre 12: retrátil - 14 polegadas	UN	02
04	Coldre para pistolas, fixação na cintura	UN	25
05	colete balístico A3	UN	25
06	Munições calibre 9mm COD. 10015752, MUNIÇÃO CBC 9MM LUGER +P ESPO 124GR BONDED A.	UN	3.000
07	MUNIÇÕES CLIBRE 9MM. COD. 10031218, MUNIÇÃO 9MM LGR ETOG 124GR MIL A.	UN	15.000
08	MUNIÇÃO CALIBRE 12. COD. 10027964, CART 12/70 CH-SG HI-IMPACT A.	UN	750

Documento assinado no formato Eletrônico, conforme DECRETO N° 460/2024. Assinatura eletrônica - Verifique pelo QRCode ou pelo link <https://saomigueldoiguacu.oxi.eletoch.com.br/protocolo/consulta-autenticidade> - Identificador: f04c3b82-22ba-449b-bb7e-261b1552a519 - Página 32/59



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - Versão 2.0 - Março de 2025

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

www.saomiguel.pr.gov.br – licitacoes@saomiguel.pr.gov.br (45) 3565-8139



09	MUNIÇÃO CALIBRE 12. COD.10017005, CART 12/70 CH-3T TREINA CAIXETA A.	UN	3.250
10	munições calibre 12. COD. 10034850, MUNIÇÃO CARTUCHO 12/70 ANTIDISTURBIO 20 BAGOS BOR MD A.	UN	250

O contingente atual não dispõe de armamento institucional; Houve aumento do efetivo em razão de concurso público recente; A atividade de segurança pública é permanente e exige dotação individual e equipamentos de proteção;

O quantitativo está alinhado ao planejamento estratégico aprovado pelo Exército Brasileiro. Portanto, a necessidade atual decorre da estruturação inicial da corporação, garantindo que todos os agentes estejam devidamente equipados para o exercício regular e seguro de suas funções.

Como se chegou a esse montante? Qual foi a metodologia?

O montante foi definido com base no Planejamento Estratégico Institucional (2025–2029), formalmente aprovado pelo Exército Brasileiro, conforme Ofício nº 2443-SFPC CART - OSOP/SFPC/Ch EM.

A metodologia adotada considerou:

Dimensionamento pelo efetivo atual (1 pistola por agente operacional);

Armamento coletivo complementar (carabinas e espingardas);

Previsão de consumo plurianual de munições, incluindo uso operacional, treinamento obrigatório e reserva técnica;

Assim, o montante foi calculado com base no efetivo, na projeção de consumo para o período estratégico e na autorização formal do órgão regulador, garantindo adequação técnica e legal.

Os documentos utilizados para o cálculo

Foram anexados a este ETP;

Os documentos não foram anexados em razão de:

Foram anexados os documentos que fundamentam o dimensionamento do quantitativo, quais sejam:

- Documento referente ao chamamento do **Concurso Público nº 001/2025**, que comprova a ampliação do efetivo da Guarda Municipal;





- **Autorização para Aquisição de PCE – Âmbito Nacional nº 2025AUT000626**, expedida pelo Exército Brasileiro, que estabelece os limites legais para aquisição dos Produtos Controlados pelo Exército.

A juntada desses documentos assegura transparência, rastreabilidade do planejamento e demonstra a conformidade do quantitativo com o efetivo institucional e com os limites legalmente autorizados.

Explique o cálculo dos quantitativos:

O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido com base no efetivo atual da Guarda Municipal e na ampliação do quadro prevista por meio do **Concurso Público nº 001/2025**.

Atualmente, o Município conta com **10 (dez) Guardas Municipais em atividade**. Com o chamamento do concurso vigente, haverá o ingresso de **12 (doze) novos servidores**, totalizando **22 (vinte e dois) agentes operacionais**.

Considerando a necessidade de aparelhamento individual para cada agente em atividade operacional, o quantitativo de pistolas foi fixado em número equivalente ao efetivo total (22 unidades), acrescido de **02 (duas) unidades de reserva técnica**, destinadas a:

- Substituição temporária em caso de manutenção corretiva;
- Reposição emergencial em situações excepcionais;
- Garantia de continuidade do serviço público sem desfalque operacional.

Assim, o quantitativo total de **24 (vinte e quatro) pistolas** mostra-se proporcional, razoável e compatível com a estrutura operacional da corporação.

Os demais quantitativos constantes na contratação foram definidos com base nos limites expressamente autorizados pelo **Exército Brasileiro**, conforme **Autorização para Aquisição de PCE – Âmbito Nacional nº 2025AUT000626**, documento que estabelece os parâmetros máximos permitidos para aquisição de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).

Dessa forma:

- O dimensionamento está alinhado ao efetivo real e à expansão prevista;
- Observa-se a legalidade quanto aos limites autorizados;
- Garante-se continuidade operacional;
- Evita-se aquisição excessiva ou desnecessária.

Conclui-se que o quantitativo definido atende ao princípio da proporcionalidade e da eficiência, sendo adequado à necessidade administrativa e compatível com o interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Foi considerada a necessidade de outros órgãos/departamentos/secretarias?

Não. Por quê?





concluiu-se que o objeto da contratação é **específico e exclusivo da Guarda Municipal**, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito.

Os armamentos, munições, coletes balísticos e são destinados exclusivamente às atividades operacionais de segurança pública municipal, não havendo demanda técnica ou legal por parte de outras secretarias ou departamentos da Administração.

Além disso, por se tratarem de Produtos Controlados, sua aquisição e utilização estão sujeitas à regulamentação específica do Exército Brasileiro, o que restringe seu uso à instituição autorizada.

Assim, não foi identificada necessidade de ampliação do objeto para outros órgãos, permanecendo a contratação restrita à Guarda Municipal.

Considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, a execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, ao longo da vigência da ata.

Registra-se que não é possível estabelecer, com precisão, um quantitativo máximo mensal fixo para as contratações decorrentes da ata, tendo em vista que parte relevante da demanda está vinculada à realização de cursos de capacitação e qualificação operacional, os quais demandam consumo concentrado de munições e demais insumos em períodos específicos.

Ademais, por se tratar de aquisição de armamentos, munições e materiais de natureza bélica, a demanda encontra-se diretamente relacionada às necessidades operacionais da Guarda Municipal, as quais são variáveis e condicionadas a fatores imprevisíveis, como ações institucionais, treinamentos, operações e diretrizes de segurança pública.

Nesse contexto, a definição de um limite mensal rígido poderia comprometer a eficiência da contratação e a adequada execução das atividades institucionais.

Não obstante, para fins de controle e previsibilidade, as contratações observarão o quantitativo total estimado registrado em ata, bem como a disponibilidade orçamentária e o planejamento interno da Administração, podendo ser estabelecidos limites operacionais por solicitação, conforme necessidade devidamente justificada.

A presente abordagem encontra-se em consonância com o art. 120, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 115/2023, atendendo à necessidade de definição da logística de fornecimento sem prejuízo da flexibilidade necessária à execução do objeto.

7. ORÇAMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

O valor estimado da contratação em R\$:

Valor estimado de **R\$ 450.101,66 (Quatrocentos e cinquenta mil, cento e um reais e**





sessenta e seis centavos.)

Explique como esse valor foi obtido. Pesquisa de mercado, bases de dados, contratações similares?

Para a formação do valor estimado da contratação, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis.

Inicialmente, procedeu-se à consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), onde foram obtidos de 3 (três) a 5 (cinco) orçamentos por item, com base em contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, possibilitando a apuração da mediana como parâmetro de referência de mercado.

Posteriormente, com o objetivo de complementar e validar os dados obtidos, foram coletados 2 (dois) orçamentos adicionais junto a fornecedores distintos e devidamente autorizados, garantindo maior fidedignidade e aderência dos valores à realidade do mercado.

Dessa forma, a composição do valor estimado considerou a mediana dos preços obtidos no PNCP, aliada às cotações diretas com fornecedores posteriormente **média aritmética simples**, resultando em um orçamento final consistente, adequado e apto a subsidiar a presente contratação.

Apresente as fontes consultadas. Cite fornecedores, contratos anteriores, ou qualquer outra referência utilizada.

Para a formação do valor estimado da contratação, foram utilizadas múltiplas fontes de pesquisa, em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a obtenção de preços compatíveis com os praticados no mercado.

Inicialmente, foram realizadas consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), com levantamento de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, cujos dados subsidiaram a apuração da mediana de preços por item.

Adicionalmente, foram obtidas cotações diretas junto a fornecedores do ramo pertinente, devidamente identificados, conforme segue:

LOJA 454 LTDA

CNPJ: 44.555.110/0001-95

Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 1891 – Cidade Alta

Município: Medianeira – PR

Telefone: (45) 99987-5859

SÃO MIGUEL CAÇA E PESCA LTDA

CNPJ: 36.725.326/0001-23





Endereço: Avenida Iguaçu, nº 1326

Município: São Miguel do Iguaçu – PR – CEP 85877-000

Telefone: (45) 3565-1184

As informações obtidas por meio dessas fontes foram analisadas de forma conjunta, possibilitando a definição de um valor estimado condizente com a realidade de mercado, observando os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade para a Administração Pública.

Além do preço total, foram definidos os custos e preços unitários de cada parcela do objeto?

Sim

Como foi realizada essa estimativa dos preços e custos unitários?

A estimativa dos preços e custos unitários da presente contratação foi realizada com base em critérios técnicos e em conformidade com o disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Inicialmente, procedeu-se à pesquisa de preços junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), onde foram identificadas contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, sendo obtidos de 3 (três) a 5 (cinco) preços por item. A partir desses dados, foi apurada a **mediana**, adotada como parâmetro principal por representar de forma mais fidedigna o comportamento do mercado, mitigando distorções decorrentes de valores excessivamente elevados ou inexequíveis.

Complementarmente, foram realizadas cotações diretas com 2 (dois) fornecedores do ramo pertinente, devidamente autorizados, com o objetivo de validar e atualizar os valores obtidos na base pública, assegurando aderência à realidade mercadológica local e regional. A partir da consolidação dessas informações, os preços foram analisados de forma comparativa, resultando na definição dos custos unitários e do valor estimado da contratação, observando os princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

8.COMPATIBILIDADE COM O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

A contratação pretendida é compatível com o planejamento do órgão e do Município, estando prevista no:

Plano de Contratações Anual (PCA)





Se não estiver prevista, justifique a inclusão excepcional. Explique por que a necessidade surgiu agora e quais fatores impediram o planejamento prévio.

A presente demanda encontra-se devidamente prevista no planejamento anual da Administração, estando alinhada ao Plano de Contratações Anual e às diretrizes estratégicas do Município.

A contratação visa atender necessidade já identificada previamente pelo setor requisitante, sendo indispensável para a continuidade regular das atividades administrativas e operacionais, bem como para o adequado funcionamento dos serviços públicos.

Dessa forma, a presente solicitação não se trata de demanda superveniente, mas sim de execução de ação já programada, observando-se os princípios do planejamento, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO.

É tecnicamente viável dividir a solução, ou vamos reunir os itens em grupos? Por quê?

Mostra-se tecnicamente viável e recomendável o parcelamento do fornecimento, considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, que possibilita a aquisição dos bens conforme a necessidade da Administração ao longo da vigência da Ata.

O objeto envolve Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro, exigindo registro, rastreabilidade, controle institucional rigoroso e responsabilidade direta da Administração. Nesse contexto, o fornecimento parcelado não compromete o controle patrimonial ou logístico, desde que cada entrega seja formalmente registrada, conferida e incorporada ao patrimônio institucional, observando-se os procedimentos de rastreabilidade exigidos pela regulamentação específica.

A adoção do fornecimento parcelado favorece: Atendimento progressivo das necessidades institucionais; Melhor gestão de estoques e controle patrimonial; Flexibilidade para reposições futuras; Adequação às variações operacionais e institucionais.

Sob o aspecto administrativo, o fornecimento parcelado contribui para o planejamento eficiente das aquisições, evitando aquisições desnecessárias e permitindo maior controle financeiro ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços.

Considerando que a contratação poderá atender tanto à implementação inicial quanto a eventuais demandas futuras decorrentes de reposição, ampliação do efetivo ou substituição de equipamentos, conclui-se que o parcelamento do fornecimento mostra-se tecnicamente adequado, operacionalmente viável e juridicamente recomendável, garantindo padronização, controle e eficiência administrativa, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Será melhor gerir dessa forma?

A gestão contratual será mais eficiente sem parcelamento.

A concentração do objeto em único contrato:

Facilita a fiscalização e o atesto; Reduz riscos de descompasso entre fornecedores; Garante padronização técnica do aparelhamento; Simplifica controle patrimonial e rastreabilidade; Evita multiplicidade de contratos e aumento da carga administrativa.

A Lei nº 14.133/2021 prioriza planejamento e eficiência (art. 5º), e, nesse caso, a gestão unificada atende melhor ao interesse público.

E economicamente é viável dividir a solução? (Ganha-se desconto ou aumenta o preço?)

Não. Economicamente, o parcelamento da **entrega** não se mostra vantajoso.

Embora o julgamento do pregão seja realizado por item — o que amplia a competitividade — a execução contratual com entrega única permite maior eficiência econômica e administrativa.

A contratação com fornecimento concentrado possibilita:

Economia de escala no transporte e na logística;

Redução de custos operacionais;

Diminuição de despesas administrativas na fiscalização e no recebimento;

Otimização do controle patrimonial e da rastreabilidade;

Maior previsibilidade orçamentária.

A fragmentação das entregas poderia gerar aumento de custos logísticos, multiplicação de atos administrativos (recebimentos provisórios e definitivos sucessivos) e maior complexidade na gestão contratual, sem ganho econômico proporcional.

Assim, a modelagem adotada — julgamento por item com entrega em parcela única — assegura a ampliação da competitividade sem comprometer a economicidade, atendendo ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Há melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

Sim, sob o aspecto da competitividade, o julgamento por item no pregão permite maior participação de fornecedores, ampliando a disputa e possibilitando que empresas especializadas em determinados produtos concorram apenas nos itens de seu interesse, em conformidade com o art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Entretanto, embora o critério de julgamento seja por item, o fornecimento será realizado em **parcela única**, medida que se justifica pela necessidade de padronização, controle concentrado no recebimento, rastreabilidade dos Produtos Controlados e eficiência administrativa.





Assim, adota-se modelo híbrido que:

Amplia a competitividade (julgamento por item);

Preserva a eficiência logística e administrativa (entrega única);

Mantém economia de escala no fornecimento;

Garante melhor gestão contratual.

Dessa forma, a modelagem escolhida atende simultaneamente aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

O fornecimento será parcelado? Em itens ou grupo de itens?

ão haverá parcelamento do fornecimento.

O critério de julgamento da licitação será por **item**, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa. Contudo, a execução contratual ocorrerá com **entrega em parcela única**, contemplando os itens adjudicados a cada fornecedor.

Portanto, não se trata de fornecimento parcelado em etapas ou cronograma fracionado. A entrega será integral, realizada uma única vez, após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência.

Essa modelagem permite:

Ampliação da competitividade (julgamento por item); Maior eficiência logística e administrativa (entrega única); Melhor controle patrimonial e fiscalização contratual; Observância aos princípios da economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante da necessidade e da vantagem para a Administração Pública no parcelamento da contratação, entende-se **que o método mais eficiente para o parcelamento é a:**

O método mais eficiente para o parcelamento da contratação é o parcelamento por item, para fins de julgamento da licitação, mantendo-se a execução com entrega em parcela única.

Essa modelagem permite ampliar a competitividade, possibilitando que fornecedores disputem apenas os itens de seu interesse, em conformidade com o art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Ao mesmo tempo, a entrega concentrada em parcela única assegura maior eficiência logística, controle patrimonial adequado, redução de custos administrativos e melhor fiscalização contratual, preservando a economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Assim, adota-se parcelamento apenas quanto ao critério de julgamento (por item), mantendo-se a execução contratual de forma integral, com fornecimento único.

No caso de não haver parcelamento, em razão dessa escolha é:





Possibilidade de elevado número de processos licitatórios, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, do ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, e risco à celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

(X) Risco à economia de escala e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, eis que o preço aumentará.

(X) A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração.

(X) Possibilidade da perda do sincronismo dos fornecimentos a serem entregues no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os fornecedores, prejudicando o cronograma da Administração.

Possibilidade da mitigação da responsabilidade técnica do prestador.

Explique:

A opção pela entrega em parcela única justifica-se pela necessidade de padronização, controle concentrado, economia de escala e eficiência na fiscalização contratual. A fragmentação da execução poderia ocasionar prejuízos à Administração, especialmente quanto à perda de sincronismo nas entregas, aumento de custos logísticos e dificuldade de controle patrimonial e rastreabilidade.

Assim, embora o julgamento seja realizado por item para ampliação da competitividade, a execução contratual ocorrerá de forma integral, assegurando economicidade e eficiência, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

10.CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta contratação são caracterizados como **(apenas uma opção deve ser selecionada)**

- **Bens e Serviço(s) Comum(ns)** (Art. 6º, inciso XIII, da Lei 14133/2021)
Não são qualificados como itens de luxo, consoante indicado no §1º do artigo 39 do Decreto 115/2023.

Sem prejuízo a classificação anterior, também podem ser enquadrados como (possível marcar mais de uma opção)

- **Fornecimento de Bens/Serviços Não Contínuos ou Contratados por Escopo:** aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado (haverá uma conclusão, ainda que futura).





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

11.FORMA DE CONTRATAÇÃO

Modalidade de Licitação, Procedimento e Critérios de Julgamento

A modalidade licitatória a ser adotada será:

(X) Pregão;

Justifique com base na legislação.

A modalidade licitatória a ser adotada será o **Pregão**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A escolha fundamenta-se no fato de que o objeto da contratação é classificado como **bens comuns**, conforme definição do art. 6º, inciso XIII, da referida Lei, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado.

O art. 29 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o pregão será utilizado para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado da contratação.

No presente caso, trata-se de aquisição de bens com especificações técnicas claras, objetivas e padronizadas, não se caracterizando como serviço técnico especializado nem como serviço de engenharia, razão pela qual o pregão mostra-se a modalidade adequada.

Além disso, a utilização do pregão favorece:

Maior competitividade; Disputa por lances; Transparência; Seleção da proposta mais vantajosa, conforme art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a adoção do Pregão atende aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade previstos na legislação vigente.

Critério de Julgamento

(X) menor preço;

Explique o critério de julgamento. Menor preço, técnica e preço? O que faz essa opção ser a mais vantajosa?

O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.





A escolha fundamenta-se no fato de que o objeto é classificado como **bem comum**, cujas especificações técnicas, padrões de desempenho e requisitos de qualidade estão previamente definidos de forma objetiva no Termo de Referência. Assim, não há necessidade de avaliação subjetiva de técnica, metodologia ou conteúdo intelectual.

Nesse contexto, a disputa deve concentrar-se exclusivamente no fator econômico, garantindo:

Ampliação da competitividade; Disputa por lances sucessivos (no caso do pregão); Seleção da proposta mais vantajosa para a Administração;

Observância aos princípios da economicidade e eficiência (art. 11 da Lei nº 14.133/2021).

O critério **técnica e preço** não se aplica, pois é destinado a contratações que envolvem natureza predominantemente intelectual ou soluções técnicas complexas, o que não é o caso da presente aquisição.

Da mesma forma, os critérios de maior desconto, maior lance ou maior retorno econômico não são compatíveis com a natureza do objeto.

Dessa forma, o critério de **menor preço por item** mostra-se o mais adequado e vantajoso para a Administração Pública.

Ajustes no Procedimento?

Não houve ajuste

Justifique a melhor solução para o caso sob a ótica do procedimento de contratação:

A contratação será realizada por meio de Pregão, com critério de julgamento menor preço por item, tratando-se de fornecimento não contínuo, com entrega em parcela única.

12. ANÁLISE DE RISCOS

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual. Os riscos analisados foram organizados em duas categorias:

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, as possíveis ações preventivas e contingenciais, bem como a identificação dos responsáveis por ação.





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa. A análise qualitativa dos riscos é realizada por meio da classificação escalar da probabilidade e do impacto, conforme a tabela de referência a seguir:

CLASSIFICAÇÃO	VALOR
BAIXO	5
MÉDIO	10
ALTO	15

Descrição dos impactos:

Baixo: Danos que não comprometem o processo/aquisição. Devem ser catalogados nos relatórios pós-contratuais com vistas a novo planejamento.

Médio: Danos que comprometem parcialmente o processo/aquisição, atrasando-o ou interferindo em sua qualidade.

Alto: Danos que comprometem a essência do processo/aquisição, impedindo-o de seguir seu curso natural.

A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto, tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato.

A tabela a seguir apresenta a Matriz Probabilidade x Impacto, instrumento responsável pela definição dos critérios quantitativos de classificação do nível de risco.

ALTO	75	150	225
MÉDIO	50	100	150
BAIXO	25	50	75
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

O produto da probabilidade pelo impacto de cada risco deve se enquadrar em uma região da Matriz Probabilidade x Impacto. Caso o risco enquadre-se na região entre 25 e 50, seu nível de risco é entendido como baixo, logo admite-se a aceitação ou adoção das medidas preventivas.





Se estiverem na região entre 75 e 100, entende-se como médio e na região entre 150 e 225, entende-se como nível de risco alto.

Nos casos de riscos classificados como médio e alto, serão adotadas as medidas preventivas previstas.

1. RISCOS

1.1. Relacionados ao comprometimento da efetividade do planejamento da contratação:

Risco			
Especificação técnica inadequada ou restritiva, comprometendo a competitividade ou a correta definição do objeto.			
Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		
01	Restrição indevida da competitividade; Impugnação do edital; Atraso no procedimento licitatório; Risco de contratação antieconômica.		
Id.	Ação Preventiva	Responsável	
01	Elaboração de Estudo Técnico Preliminar fundamentada	Equipe de Planejamento	
Id.	Ação de Contingência	Responsável	
01	Readequação das especificações técnicas	Equipe de Planejamento	

Matriz dos riscos relacionados a fase de planejamento da contratação:

ALTO			
MÉDIO			X
BAIXO			





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO
-------------------------	-------	-------	------

1.2. Relacionados ao comprometimento da efetividade do planejamento da contratação:

Risco			
Estimativa de preços inadequada ou defasada, comprometendo a vantajosidade da contratação.			

Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto

Id.	Dano/resultado
02	Sobrepço ou preço inexecuível; Licitação fracassada ou deserta; Apontamento pelos órgãos de controle.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
01	Realização de pesquisa de preços conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021	Setor de Compras

Id.	Ação de Contingência	Responsável
01	Revisão da estimativa antes da homologação	Pregoeiro

Matriz dos riscos relacionados a fase de planejamento da contratação:			
ALTO			
MÉDIO			X
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

RISCOS

2.1. Relacionados ao comprometimento da efetividade da seleção da executante/contratada:

Risco



Empresa vencedora não possuir autorização válida para comercialização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).

Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		

01 Inabilitação da vencedora; Retardamento da contratação; Possível fracasso do certame.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
------------	------------------------	--------------------

01 Exigência de Certificado de Registro válido junto ao Exército Brasileiro Pregoeiro

Id.	Ação de Contingência	Responsável
------------	-----------------------------	--------------------

01 Convocação do segundo colocado Pregoeiro

Matriz dos riscos relacionados a fase de **Seleção da Contratada**

ALTO			
MÉDIO			X
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

2.1. Relacionados ao comprometimento da efetividade da **seleção da executante/contratada:**

Risco			
Empresa vencedora não possuir autorização válida para comercialização de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).			
Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		





ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

02 Atraso na homologação; Suspensão do procedimento; Prejuízo ao cronograma institucional.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
-----	-----------------	-------------

02 Fundamentação técnica consistente no ETP

Equipe de Planejamento

Id.	Ação de Contingência	Responsável
-----	----------------------	-------------

02 Manutenção ou retificação fundamentada dos atos

Autoridade Competente

Matriz dos riscos relacionados a fase de **Seleção da Contratada**

ALTO			
MÉDIO		X	
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

3.RISCOS

3.1 Relacionados ao comprometimento da efetividade da **gestão contratual**

Risco
Atraso na entrega dos bens ou fornecimento em desconformidade com as especificações técnicas.

Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto

Id.	Dano/resultado
-----	----------------

01 Comprometimento do cronograma institucional; Necessidade de substituição de produtos; Aplicação de penalidades contratuais.

Id.	Ação Preventiva	Responsável
-----	-----------------	-------------

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - Versão 2.0 - Março de 2025

Rua Vânio Ghellere, 64 – Centro - CEP 85877-000 – São Miguel do Iguaçu - Paraná

🌐: www.saomiguel.pr.gov.br –✉️ licitacoes@saomiguel.pr.gov.br 📞 (45) 3565-8139





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

Setor de Licitações

01 Definição clara de prazos no contrato

Id.	Ação de Contingência	Responsável
01	Notificação formal do contratado	Fiscal do Contrato

Matriz dos riscos relacionados a fase de Gestão Contratual :			
ALTO			
MÉDIO			X
BAIXO			
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

3.2 Relacionados ao comprometimento da efetividade da **gestão contratual**

Risco			
Falhas no controle patrimonial e rastreabilidade dos bens adquiridos			
Probabilidade:	Baixa	Média	Alta
Impacto:	Baixo	Médio	Alto
Id.	Dano/resultado		
02	Irregularidades em auditorias; Responsabilização administrativa; Risco institucional quanto ao controle de produtos controlados.		

Id.	Ação Preventiva	Responsável
02	Controle individualizado de carga	Secretaria de Segurança

Id.	Ação de Contingência	Responsável
02	Instauração de procedimento administrativo de apuração	Administração



**Matriz dos riscos relacionados a fase de Gestão Contratual:**

ALTO			
MÉDIO			
BAIXO			X
PROBABILIDADE / IMPACTO	BAIXO	MÉDIO	ALTO

Para os riscos inaceitáveis (alta probabilidade), avaliou-se solicitar garantia da execução do contrato?

Sim, a possibilidade foi avaliada.

Contudo, considerando que a contratação se refere ao fornecimento de bens comuns, com entrega em parcela única, pagamento condicionado ao recebimento definitivo e ausência de complexidade técnica na execução, concluiu-se que a exigência de garantia contratual não se mostra necessária ou proporcional.

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá exigir garantia para assegurar a fiel execução contratual. Entretanto, a análise de risco realizada demonstra que:

Não há obrigação de execução continuada;

Não há mobilização relevante de estrutura ou investimento prévio por parte do contratado;

O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo dos bens;

Estão previstas penalidades administrativas em caso de inadimplemento.

Dessa forma, a exigência de garantia poderia reduzir a competitividade e elevar custos indiretos, sem ganho proporcional de segurança para a Administração.

Conclui-se, portanto, que não será exigida garantia de execução contratual, por ausência de risco elevado que justifique tal medida.

Houve o tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição das ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências? Em quais?

Os riscos classificados como de maior impacto ou com probabilidade média associada a impacto alto foram devidamente tratados por meio da definição de ações preventivas e de contingência, com responsáveis formalmente indicados.

Destacam-se:

1. Risco de especificação inadequada ou restritiva (Fase de Planejamento)
Tratado mediante: Elaboração de Estudo Técnico Preliminar fundamentado; Pesquisa de mercado ampla; Revisão jurídica do Termo de Referência.





2. Risco de estimativa de preços inadequada (Fase de Planejamento) Tratado mediante: Pesquisa de preços conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021; Utilização de múltiplas fontes; Registro formal da metodologia adotada.

3. Risco de empresa sem autorização para comercialização de PCE (Fase de Seleção) Tratado mediante: Exigência de Certificado de Registro válido junto ao Exército Brasileiro; Conferência rigorosa na fase de habilitação.

4. Risco de falhas na gestão e controle patrimonial (Fase de Gestão Contratual) Tratado mediante: Designação formal de fiscal do contrato (art. 117 da Lei nº 14.133/2021); Registro patrimonial imediato; Controle individualizado e rastreabilidade.

As medidas adotadas reduzem significativamente a probabilidade de ocorrência dos eventos adversos e mitigam seus impactos, tornando os riscos aceitáveis e controláveis. Conclui-se que houve tratamento adequado dos riscos identificados, sendo a contratação considerada viável sob a ótica da gestão de riscos.

No caso de serviços de engenharia ou serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, foi contemplado no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada?

A presente contratação não se caracteriza como serviço de engenharia nem como serviço com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO), tratando-se de aquisição de bens comuns, com entrega em parcela única.

Não haverá disponibilização de empregados da contratada nas dependências da Administração, nem execução continuada de serviços, inexistindo vínculo operacional que envolva encargos trabalhistas diretamente relacionados à execução contratual.

Dessa forma, o risco de descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou relativas ao FGTS não se mostra pertinente ao objeto desta contratação, razão pela qual não foi incluído no mapa de riscos.

OPTOU-SE PELA REDISTRIBUIÇÃO DE ALGUM RISCO NO CONTRATO? CASO POSITIVO, JUSTIFIQUE.

Não houve redistribuição extraordinária de riscos no contrato, sendo adotada a alocação ordinária prevista na Lei nº 14.133/2021.

Os riscos inerentes à execução contratual permanecem atribuídos à parte que detém melhores condições de administrá-los, observando-se a matriz clássica de responsabilização:

À contratada competem os riscos relativos à entrega tempestiva, qualidade dos bens, regularidade documental e cumprimento das obrigações legais;





À Administração competem os riscos relacionados à adequada especificação do objeto, regular processamento do certame e pagamento nos prazos estabelecidos.

Considerando tratar-se de fornecimento de bens comuns, com entrega em parcela única e pagamento condicionado ao recebimento definitivo, não se verificou necessidade de reequilíbrio prévio ou redistribuição contratual diferenciada de riscos.

Dessa forma, manteve-se a alocação objetiva e proporcional dos riscos, conforme as regras gerais da Lei nº 14.133/2021, garantindo segurança jurídica e equilíbrio contratual.

13. Resultados Esperados

Descrição dos benefícios esperados. Redução de custos, aumento de eficiência, melhoria na prestação do serviço público.

A presente contratação proporcionará benefícios diretos à Administração Pública e à coletividade, especialmente no que se refere à melhoria da prestação do serviço público de segurança municipal.

Entre os principais resultados esperados, destacam-se:

Aumento da eficiência operacional:

O aparelhamento adequado da Guarda Municipal permitirá atuação mais eficaz nas atividades de patrulhamento preventivo, proteção de bens públicos e atendimento de ocorrências, elevando a capacidade de resposta da corporação.

Padronização e melhoria da gestão:

A aquisição de equipamentos padronizados favorece uniformidade operacional, simplifica o controle patrimonial, facilita a manutenção e otimiza a logística institucional.

Redução de riscos institucionais:

A disponibilização de equipamentos adequados contribui para maior segurança dos agentes públicos e da população, reduzindo riscos operacionais e responsabilidade civil do Município.

Economicidade e melhor custo-benefício:

A realização do procedimento licitatório na modalidade pregão, com julgamento pelo menor preço por item, assegura ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, promovendo uso racional dos recursos públicos.

Melhoria na qualidade do serviço público:

O fortalecimento estrutural da Guarda Municipal impacta positivamente na ordem pública, na sensação de segurança da população e na preservação do patrimônio público.





Dessa forma, a contratação contribui para maior eficiência administrativa, melhor aplicação dos recursos públicos e aprimoramento contínuo da prestação do serviço público de segurança municipal, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

Descrição das **métricas de avaliação** desses resultados:

A avaliação dos resultados da contratação será realizada com base em indicadores objetivos e verificáveis, tais como:

Indicadores Operacionais

Percentual de agentes devidamente equipados em relação ao efetivo total; Tempo médio de resposta às ocorrências antes e após o aparelhamento; Número de ocorrências atendidas com suporte adequado de equipamento institucional.

Indicadores de Eficiência Administrativa

Cumprimento do prazo contratual de entrega; Regularidade no registro patrimonial e controle de rastreabilidade; Ausência de inconformidades no recebimento definitivo.

Indicadores de Capacitação

Percentual de agentes habilitados e treinados para utilização dos equipamentos; Frequência de treinamentos periódicos realizados.

Indicadores Econômicos

Comparação entre valor estimado e valor contratado (economicidade obtida na licitação); Ausência de aditivos contratuais por falhas de especificação ou planejamento.

Indicadores de Segurança Institucional

Redução de riscos operacionais; Adequação do uso progressivo da força conforme protocolos institucionais.

Essas métricas permitirão verificar se a contratação atingiu os objetivos de eficiência, economicidade e melhoria na prestação do serviço público, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

14. PROVIDÊNCIAS FINAIS

Essa contratação depende de Assistência técnica ou Manutenção?

Sim, porém de forma eventual e não contínua.

Os bens a serem adquiridos possuem garantia do fabricante e poderão necessitar de assistência técnica autorizada em caso de defeito, vício de fabricação ou necessidade de manutenção corretiva durante o período de garantia.

Todavia, a contratação não envolve prestação de serviço contínuo de manutenção. A manutenção preventiva básica (limpeza, inspeção e conservação) será realizada pela própria Administração, conforme manuais do fabricante e protocolos internos.





Eventual necessidade de manutenção corretiva fora do período de garantia poderá ser objeto de contratação futura específica, caso necessário.

Assim, a presente contratação contempla garantia contratual dos bens, mas não configura contrato de manutenção contínua, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

É preciso adequação pela equipe de obras para acomodação/adequação do local onde a solução encontrada será instalada/prestada?

Não.

A Administração já dispõe de estrutura física adequada para armazenamento e guarda dos bens a serem adquiridos, incluindo local seguro e cofres apropriados para acondicionamento, não sendo necessária qualquer intervenção ou adequação por parte da equipe de obras.

Os equipamentos serão armazenados nas dependências já existentes da Guarda Municipal, que atendem aos requisitos de segurança, controle de acesso e rastreabilidade exigidos para o tipo de material.

Dessa forma, a contratação não demanda obras, reformas ou adaptações estruturais, estando a infraestrutura necessária previamente disponível.

Essa contratação precisa de insumos?

Não. A presente contratação refere-se à aquisição de bens completos e acabados, não dependendo de insumos adicionais para sua entrega ou instalação.

Após o recebimento definitivo, a utilização dos equipamentos ocorrerá no âmbito da atividade operacional da Guarda Municipal, utilizando-se apenas materiais de rotina já previstos na gestão administrativa (como materiais de limpeza e conservação básica).

Eventuais consumíveis próprios do uso operacional (como munições para treinamento futuro) constituem objeto específico já contemplado na contratação ou poderão ser adquiridos oportunamente, conforme planejamento administrativo.

Dessa forma, a contratação não depende de insumos complementares para sua execução.

Será preciso fazer outra contratação para que a contratação ora estudada se realize ou se aperfeiçoe?

Não. A presente contratação é autônoma e completa em si mesma, não dependendo de outra contratação prévia ou concomitante para sua execução.





O Município já dispõe de estrutura física adequada, local seguro para armazenamento e servidores capacitados para utilização dos equipamentos, não sendo necessária contratação complementar para viabilizar sua operacionalização.

Eventuais contratações futuras, como aquisição de novos equipamentos ou manutenção fora do período de garantia, não configuram condição para a execução da presente contratação, mas sim hipóteses administrativas independentes e supervenientes.

Assim, a solução estudada é suficiente para atender à necessidade identificada, sem necessidade de contratação adicional vinculada.

Os servidores precisam ser treinados ou é preciso contratar alguém para fiscalizar a execução do contrato?

Sim. Os servidores que utilizarão os equipamentos necessitam de treinamento específico para manuseio adequado, observância das normas técnicas, protocolos de segurança e uso progressivo da força.

Todavia, não será necessária contratação específica para esse fim, uma vez que o treinamento será realizado no âmbito do **Concurso Público nº 001/2025**, que já contempla curso de formação para capacitação tanto da equipe já existente quanto dos novos servidores ingressantes.

Quanto à fiscalização contratual, será designado servidor do quadro permanente para atuar como fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, não havendo necessidade de contratação externa para essa atividade.

Dessa forma, a capacitação e a fiscalização serão realizadas com recursos humanos próprios da Administração, sem geração de custos adicionais.

O futuro contratado precisa ter algum tipo de formalidade para ser contratado (autorização ou licença em algum órgão)?

Sim. Por se tratar de aquisição de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), o futuro contratado deverá possuir registro, autorização e regularidade junto ao **Exército Brasileiro**, nos termos da legislação específica que regula o comércio de produtos controlados.

A Administração Municipal já possui **Autorização para Aquisição de PCE – Âmbito Nacional**, sob o nº **2025AUT000626**, devidamente válida, o que viabiliza juridicamente a presente contratação.

O fornecedor deverá comprovar:

Certificado de Registro (CR) válido;

Autorização para comercialização de PCE;

Regularidade fiscal e habilitação jurídica conforme arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021;

Cumprimento das normas de controle e rastreabilidade.





Trata-se de exigência legal obrigatória, não configurando restrição indevida à competitividade, mas sim requisito essencial para a legalidade da contratação.

A contratação envolve algum tipo de descarte, gera resíduos?

Não de forma relevante ou imediata. A presente contratação refere-se à aquisição de bens novos e duráveis, não implicando, em regra, geração direta de resíduos durante sua execução contratual.

Eventuais resíduos decorrentes de embalagens (papelão, plástico, material de proteção) serão devidamente destinados conforme as normas ambientais vigentes e os procedimentos internos do Município.

Quanto ao ciclo de vida dos bens, ao término de sua vida útil, eventual descarte ou inutilização deverá observar a legislação específica aplicável a produtos controlados, bem como as normas ambientais pertinentes, garantindo destinação adequada e controle institucional.

Assim, a contratação não gera impacto ambiental significativo, estando em conformidade com os princípios da sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Caso gere, foi dado o devido tratamento ambiental conforme exige a Lei 12305/2010?

Sim. Embora a presente contratação não gere resíduos relevantes durante sua execução, eventuais materiais descartáveis, como embalagens, serão destinados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a **Lei nº 12.305/2010**, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O Município adota procedimentos internos de separação e destinação adequada de resíduos recicláveis e rejeitos, observando as normas ambientais vigentes.

Quanto ao descarte futuro dos bens ao final de sua vida útil, será observado o procedimento legal aplicável aos produtos controlados, garantindo rastreabilidade, inutilização adequada quando necessário e destinação ambientalmente correta.

Dessa forma, a contratação atende às exigências legais relativas à gestão ambiental e responsabilidade socioambiental.

15.CONCLUSÃO





Conclusão sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

A solução atende à necessidade identificada?

Após a análise técnica, administrativa e jurídica realizada no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a solução proposta é adequada, viável e suficiente para atender à necessidade identificada.

A contratação possibilitará o adequado aparelhamento da Guarda Municipal, garantindo melhores condições operacionais, maior segurança aos agentes públicos e à população, além de fortalecer a atuação preventiva e institucional do Município.

O objeto foi corretamente classificado como bem comum, permitindo a adoção da modalidade Pregão, com critério de julgamento pelo menor preço por item, assegurando competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Foram analisados os aspectos relativos a: Viabilidade técnica; Adequação orçamentária; Ausência de necessidade de obras ou contratações complementares; Regularidade ambiental; Exigências legais específicas para aquisição de produtos controlados.

Constatou-se que a Administração já possui a Autorização para Aquisição de PCE – Âmbito Nacional nº 2025AUT000626, estando juridicamente apta à realização da contratação.

Dessa forma, conclui-se que a solução atende plenamente à necessidade administrativa identificada, mostra-se proporcional, eficiente e compatível com o interesse público, estando o processo apto ao prosseguimento para a fase licitatória.

Explique por que essa é a melhor opção para a Administração.

A solução adotada é a mais adequada e vantajosa para a Administração Pública porque atende integralmente à necessidade identificada, com observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

A aquisição direta dos equipamentos, por meio de Pregão com critério de julgamento pelo menor preço por item, permite ampla competitividade e disputa de lances, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa sob o ponto de vista econômico.

Além disso:

O objeto é padronizado e possui especificações objetivas, o que permite julgamento exclusivamente pelo critério econômico;

A entrega em parcela única reduz custos administrativos e facilita o controle contratual;

A contratação integral preserva a economia de escala e o poder de negociação;

Não há necessidade de obras, contratos acessórios ou manutenção contínua;

A Administração já possui autorização legal para aquisição de PCE, garantindo segurança jurídica ao procedimento.





Outras alternativas, como fracionamento excessivo, adoção de Sistema de Registro de Preços ou utilização de critérios técnicos subjetivos, não se mostram mais vantajosas diante da natureza do objeto e da previsibilidade do quantitativo.

Dessa forma, a solução escolhida apresenta o melhor equilíbrio entre custo, eficiência operacional, segurança jurídica e atendimento ao interesse público, sendo, portanto, a opção mais adequada para a Administração.

Portanto, os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Declara-se viável a contratação pretendida.

Declaramos que o presente estudo técnico preliminar atendeu aos requisitos da Lei 14133/2021.

Relação de Anexos ao ETP:

--

São Miguel do Iguaçu/PR, 18 de março de 2026.

Servidor**Nome/assinatura CLEITON ALCIDES CONZATTI****Matrícula: 419867582**



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

CNPJ 76.206.499/0001-50

16.APROVAÇÃO PELO SECRETÁRIO DA PASTA

Despacho:

Considerando a conclusão do Estudo pelos servidores que o realizaram, **aprovo o documento e autorizo a abertura de Processo de Contratação junto ao Departamento de Compras da Secretaria Municipal de Administração**

Por fim, declaro ciência nos termos e cautelas recomendadas.

Encaminhe-se o Estudo aprovado para o departamento de Compras para abertura de procedimento de contratação e solicite-se ao Departamento de Contabilidade a emissão de Parecer Contábil para verificação da existência, suficiência e disponibilidade de recursos.

São Miguel do Iguaçu/PR, 18 de março de 2026.

Nome/Assinatura
Ricardo Magagnin
Secretário Municipal de Segurança Pública e Trânsito.
Decreto nº 021/2025.

